TRABALHO VOLANTE E REPRODUÇÃO CAPITALISTA

Estudo sobre os bóias-frias de Tupaciguara, M. G.

ANTONIO RICARDO MICHELOTO

Orientador: ORIO WALDO QUEDA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural.

P I R A C I C A B A

Estado de São Paulo - Brasil

Junho - 1980

AGRADECIMENTOS

O autor expressa seus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, por sua colaboração direta ou indireta, tornaram possível a realização deste trabalho.

Agradece, em especial, ao seu orientador, Oriowaldo Queda, pela compreensão demonstrada em hora difícil e plena de incertezas.

Do mesmo modo, quer tornar claro seu reconhecimento ao Rodolfo Hoffmann, pela simpatia e interesse demonstrados, bem como pelas valiosas sugestões oferecidas.

Manifesta, também, um sentimento de gratidão ao Sr. Olavo Borges, de Tupaciguara, por seu auxílio no trabalho de campo.

A Áurea B. Micheloto, pela inestimável colaboração, manifesta o seu muito obrigado.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE TABELAS E FIGURA	iv
RESUMO	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	12
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1. O passado não-capitalista e sua ruptura	19
3.1.1. As relações não-capitalistas de produção	20
3.1.2. O passado dos volantes	21
3.1.3. A ruptura	25
3.2. Reprodução do capital e trabalho volante	30
3.2.1. A reprodução capitalista	31
3.2.2. Os trabalhadores volantes como mão-de-obra	36
3.2.3. O esgotamento da força física e o seu significado	46
3.3. O trabalhador volante e a sociedade	54
3.3.1. Classe e consciência de classe	55
3.3.2. O volante e suas relações sociais	59
4. CONCLUSÕES	85
SUMMARY	89
LITERATURA CITADA	91

LISTA DE TABELAS E FIGURA

Tabela nº		Página
1	Área média dos estabelecimentos rurais de Tupaciguara, Microrregião de Uberlândia, Mesorregião do Triângulo Mineiro e Estado de Minas Gerais, em 1975	4
2	População do município de Tupaciguara em 1940, 1950, 1960 e 1970	5
3	Pessoal ocupado na zona rural, por categoria, no município de Tupaciguara e no Estado de Minas Gerais, em 1975	7
4	Distribuição dos trabalhadores volantes entrevistados, de acordo com o sexo e a idade	9
Figura nº		
1	As relações do trabalhador volante	60

RESUMO

A finalidade desta dissertação é caracterizar e interpretar, sociologicamente, a situação dos trabalhadores rurais volantes no processo de constituição das relações de produção capitalistas no campo.

Fundamenta-se em pesquisa realizada pelo autor no município de Tupaciguara, Estado de Minas Gerais.

A investigação procura mostrar como os volantes, trabalhadores destituídos da propriedade e/ou da posse da terra, se redefinem, enquanto categoria social, no processo de trabalho imediato e na sociedade global.

Tais trabalhadores desenvolvem relações econômicas e sociais consideradas básicas para a reprodução do capital no setor rural. Face a essas relações, desenvolvem determinadas formas de consciência social, que este trabalho intenta captar.

Por um lado, são caracterizados os mecanismos que permitem, aos agentes do capital, promover o ajustamento desse tipo de trabalhadores à situação de assalariados. Entre esses mecanismos, coloca-se a

promoção da "disciplina" mínima indispensável à extração do sobre-trabalho dos volantes.

Por outro lado, são caracterizadas as formas de reação consciente dos volantes às condições concretas da exploração de sua força de trabalho.

Uma das principais conclusões possibilitadas pela investigação levada a efeito é a de que os volantes, conquanto reduzidos objetivamente à condição de "proletários rurais", manifestam, a nível de sua consciência, orientações contraditórias.

Ao mesmo tempo que procuram ou são induzidos a ajustar-se à nova situação, recusam-na, alimentando aspirações não tipicamente proletárias, como a aspiração pela terra.

Esta conclusão permite contraditar algumas teses comuns no âmbito da Sociologia, que focalizam a proletarianização de homem rural sob um ponto de vista linear e extremamente simplificado.

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado de pesquisa realizada em Tupaciguara, Estado de Minas Gerais, visando caracterizar a situação de um grupo de trabalhadores rurais volantes no processo de mudança econômico-social pelo qual passa esse município.

Observadas as limitações de ordem metodológica à generalização dos dados oferecidos pela investigação em apreço, é propósito do autor interpretar estes dados sob uma perspectiva teórico-empírica mais ampla, referida às transformações que atingem a sociedade agrária brasileira como um todo.

Assim sendo, os trabalhadores rurais volantes entrevistados serão tomados não como indivíduos singulares, mas como parte de uma categoria social em formação. Em outras palavras, esses elementos serão considerados, ainda que não do ponto de vista estatístico, representativos de um segmento mais amplo da sociedade brasileira.

São dois os objetivos desta dissertação, devendo ser vistos como complementares: (1) analisar e discutir o significado do

trabalho volante no contexto das relações de produção vigentes no campo e (2) situar os trabalhadores volantes, em termos de sua prática e de sua consciência social, no processo de trabalho e no conjunto das relações que configuram a sociedade como um todo.

A base da investigação são os depoimentos pessoais dos trabalhadores volantes e de outros elementos humanos presentes nas suas relações (fazendeiro, intermediários e outros trabalhadores rurais). A esses depoimentos se acrescentam as observações feitas pelo autor da pesquisa sobre as condições de vida e comportamentos dos informantes.

A análise dos dados foi realizada tendo-se em vista um problema central, qual seja, o da reprodução das relações de produção, incluindo não só as manifestações concretas da exploração da força de trabalho no campo, mas também os aspectos ideológicos envolvidos nessa exploração.

A pesquisa foi levada a efeito no período de novembro de 1979 a abril de 1980, no município de Tupaciguara, localizado na zona do Triângulo Mineiro, Estado de Minas Gerais, divisa com o Estado de Goiás.

Entre as razões determinantes da escolha de Tupaciguara para a realização da investigação, destaca-se a relativa importância sócio-econômica desse município no contexto regional mais amplo, particularmente o Triângulo.

Constituído a partir da expansão da atividade criatória, no século XIX (o primitivo arraial que lhe deu origem foi fundado em 1841), o município de Tupaciguara destaca-se, atualmente, como produtor

agropecuário. A criação de gado bovino é a atividade econômica principal, seguida por uma agricultura bastante diversificada.

Dados para 1975 indicavam como principais produtos agrícolas do município, em termos do valor da produção, a cana-de-açúcar, o milho e o arroz. Com alguma expressividade, também eram arrolados, naquele ano, a soja, a banana, o feijão e o amendoim. (IBGE, 1975).

Além dos produtos citados, notam-se, atualmente, lavouras de algodão e de café, estas últimas em processo de formação.

A atividade industrial do município vincula-se, regra geral, ao beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e pecuários. A maior unidade industrial é a Usina de Açúcar Araporã, de propriedade dos irmãos Franceschini. Fundada em 1963, atualmente é a maior empresa do município em termos da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Outras unidades, menores, são encontradas na indústria de laticínios, de beneficiamento de arroz, de madeira e de móveis (Cf. Agência local do IBGE).

Em que pesem as diferenças observáveis em relação aos demais municípios da região, Tupaciguara, sob o ponto de vista de sua estrutura agrária, é um município típico do Triângulo Mineiro. Essa tipicidade pode ser constatada pelo exame da Tabela 1, que mostra a área média dos estabelecimentos rurais, a nível municipal, regional e estadual.

Tabela 1. Área média dos estabelecimentos rurais de Tupaciguara, Microrregião de Uberlândia, Mesorregião do Triângulo Mineiro e Estado de Minas Gerais, em 1975

Unidade	Área média dos estabelecimentos (ha)
Município de Tupaciguara	166,3
Microrregião de Uberlândia	198,9
Mesorregião do Triângulo Mineiro	217,9
Estado de Minas Gerais	96,4

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1975.

Conforme se verifica, a área média dos estabelecimentos rurais de Tupaciguara aproxima-se bastante das médias regionais. De maneira geral, o Triângulo se destaca pela presença de grandes estabelecimentos. Daí, as diferenças com relação à média estadual.

Outro fator ponderável na escolha de Tupaciguara como objeto da investigação é a ocorrência, nesse município, de um processo acelerado de mudança econômico-social, atingindo particularmente a zona rural. Entre as manifestações desse processo notam-se:

(a) A introdução de formas modernas de exploração agrícola e pecuária, principalmente a partir de meados da década de 60. Foram introduzidas culturas não-tradicionais, como a soja, ao mesmo tempo que se constituíam empresas rurais de administração racional (em termos capitalistas) e baseadas em tecnologia mais avançada. Tais empresas foram

responsáveis, em parte, pela expansão da fronteira agrícola do município, com o aproveitamento dos solos do "cerrado", gradativamente transformados em pastagens.

Essa modernização do campo não significou o fim das fazendas tradicionais, nem mesmo das culturas de subsistência. Ampliou, contudo, o âmbito de atuação do capital e determinou novas formas de relacionamento econômico e social no meio rural.

(b) A aceleração do êxodo rural e da urbanização, devido, principalmente, às transformações econômicas no campo. Essas mudanças demográficas podem ser observadas tomando-se os dados da população do município a partir de 1940, apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. População do município de Tupaciguara em 1940, 1950, 1960 e 1970

População	Ano			
	1940	1950	1960	1970
Rural	14.285	17.301	14.952	11.744
Urbana	1.704	3.870	11.247	13.383
Total	15.989	21.171	26.199	25.127

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Como se pode constatar, até a década de 50, a população rural do município era várias vezes superior à da cidade. Já em 1960, havia um certo equilíbrio entre as populações rural e urbana. Em 1970,

a população urbana ultrapassava a rural. Uma das prováveis razões para o decréscimo da população total, entre 1960 e 1970, é a atração dos centros urbanos de maior expressão, como Uberlândia e Goiânia.

Não há dados que comprovem estatisticamente o fato, mas há indícios de que a migração campo/cidade tenha crescido muito nos últimos dez anos. Um dos fatores que impulsionaram essa migração é a construção da represa da Usina Hidrelétrica de Furnas, causa da desapropriação de parte das terras aproveitáveis do município. A população atingida pela desapropriação em parte fixou-se na zona urbana e em parte buscou terras em outras regiões, principalmente no Estado de Goiás.

(c) A constituição de uma camada de trabalhadores rurais assalariados, principalmente do tipo volante.

Essa expansão da categoria dos "proletários" rurais, em Tupaciguara, pode ser dimensionada em parte comparando-se a distribuição do pessoal ocupado na zona rural do município com os dados relativos ao Estado de Minas Gerais, conforme a Tabela 3.

Verifica-se, pelo exame da Tabela 3, que tanto a categoria dos empregados permanentes quanto temporários, em Tupaciguara, é percentualmente superior aos números observados no Estado de Minas Gerais, indicando tratar-se de município onde a mão-de-obra assalariada adquire maior expressividade.

Tabela 3. Pessoal ocupado na zona rural, por categoria, no município de Tupaciguara e no Estado de Minas Gerais, em 1975

Categoria	Município de Tupaciguara		Estado de Minas Gerais	
	Pessoal ocupado		Pessoal ocupado	
	Total	%	Total	%
Responsáveis e membros não-remunerados da família	3.881	60,12	1.417.266	64,72
Empregados permanentes	1.166	18,06	271.904	12,42
Empregados temporários	1.347	20,87	320.438	14,63
Parceiros	30	0,46	148.565	6,78
Outra condição	31	0,48	31.772	1,45
Total	6.455	100,00	2.189.945	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1975.

Esta pesquisa tomou como foco de investigação apenas os trabalhadores volantes, os quais são identificados, nesta dissertação, como trabalhadores rurais assalariados, não residentes na propriedade agrária e que prestam serviços temporários a um ou vários empregadores. Tais trabalhadores são, geralmente, contratados em bases verbais pelo proprietário da terra, por seus representantes ou por intermediários autônomos (conhecidos como "gatos"). Os serviços prestados por esses trabalhadores são, regra geral, não-qualificados.

Embora existam, no município, vários tipos de trabalhadores aos quais se pode aplicar o nome de volantes, esta pesquisa levou em

consideração apenas aqueles que residem na zona urbana e que são conhecidos em Tupaciguara como "bóias-frias" ou "peões".

Tais trabalhadores enquadram-se na definição de trabalhadores "rurbanos", pois "migram das áreas agrícolas de uma mesma região ou de outras para a periferia das cidades ou vilas, continuando a realizar trabalhos agrícolas temporários". (GONZALES e BASTOS, 1974).

Não foi possível levantar informações objetivas sobre o número total desses trabalhadores no município. Esse número é extremamente variável, dado o caráter instável de suas condições de emprego. Constata-se, porém, a presença significativa de um estrato populacional, formado por homens e mulheres adultos e crianças, cuja fonte de renda principal ou complementar é o trabalho volante. Em geral, esse estrato é identificado localmente como "povo pobre", o qual "veio da zona rural" e que "enfrenta dificuldades". Seu habitat é logo identificado com as casas típicas da periferia: casas de adobe ou tijolos, precariamente construídas e desprovidas de melhoramentos urbanos, em geral situadas em terrenos aforados ou cedidos pela Prefeitura local. Outro elemento de identificação dessa camada é o tipo de transporte, feito através de caminhões comuns ou com pequenas adaptações de carroceria^{1/}.

^{1/} Uma fazenda do município aloja em suas terras outro tipo de volantes, os quais poderiam ser identificados como "migrantes sazonais". São trabalhadores deslocados do norte do Paraná, vindos para a colheita do café. Não foi possível entrevistá-los, devido à proibição do administrador.

Tendo em vista obter uma amostra aleatória dos volantes, para a realização das entrevistas, foi elaborada, inicialmente, uma lista desses trabalhadores, com a colaboração de intermediários de mão-de-obra ("gatos"). Dessa lista foram eliminados os menores de 20 anos, ou seja, adolescentes e crianças, devido ao propósito do autor de investigar o passado dos trabalhadores e a consequente necessidade de limitar as entrevistas aos trabalhadores adultos. Foram, então, sorteados 40 trabalhadores, os quais foram posteriormente visitados em suas casas. Desse trabalhadores sorteados, 26 se dispuseram a conceder entrevistas em profundidade, as quais foram realizadas nas residências dos informantes. Embora não tenha sido possível realizar as entrevistas com uma proporção mais alta dos trabalhadores sorteados, acredita-se que tal limitação não introduza, para as finalidades desta pesquisa, nenhum viés importante.

A Tabela 4 mostra a distribuição dos 26 entrevistados, segundo as características de sexo e idade.

Tabela 4. Distribuição dos trabalhadores volantes entrevistados, de acordo com o sexo e a idade

Sexo	Classes de idade, em anos					Total
	21-30	31-40	41-50	51-60	61-70	
Homens	1	4	7	6	2	20
Mulheres	1	1	4	-	-	6
Total	2	5	11	6	2	26

Além das entrevistas com volantes, foram realizadas outras com dois "intermediários" de mão-de-obra, um fazendeiro e dois trabalhadores rurais não-assalariados (um meeiro e um pequeno arrendatário que esporadicamente trabalha como volante).

As entrevistas realizadas foram do tipo informal, sendo, sempre que possível, gravadas. Utilizou-se, tão somente, um roteiro aberto, ou seja, as questões eram desdobradas em outras sempre que a entrevista o exigisse. As questões foram concentradas, entretanto, em três focos de interesse do pesquisador:

(a) história de vida dos informantes, com ênfase nos aspectos relacionados com o trabalho e suas transformações no tempo;

(b) as condições atuais de trabalho e

(c) avaliações subjetivas (situação presente e passada) e aspirações.

Por suas características, tais entrevistas aproximaram-se dos chamados "estudos de caso", a respeito dos quais cabe lembrar as ponderações de Florestan Fernandes: "...a análise do caso não interessa à Sociologia por causa das peculiaridades do indivíduo, mas em virtude da dinâmica dos ajustamentos e dos controles sociais que se pretende investigar por seu intermédio". (FERNANDES, 1971, p. 262).

Em outras palavras, no estudo de caso o indivíduo é focalizado em seu meio cultural e social e sua vida se torna suscetível de adquirir um sentido teórico, ou seja, o processo ou processos sociais são captados através da manifestação dos indivíduos.

Na análise dos dados possibilitados pelas entrevistas, levaram-se em consideração todos os aspectos sociologicamente relevantes para o esclarecimento do tema proposto. Para tanto, este tema foi dividido em sub-temas, em torno dos quais se agruparam as informações colhidas e as interpretações teóricas pertinentes.

2. O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Um dos aspectos fundamentais da análise marxista da vida social é o conceito de relações de produção.

As relações de produção, para Marx, são relações historicamente geradas no processo de produção da vida material. Trata-se de relações "determinadas, necessárias, independentes de sua vontade", que se estabelecem entre os agentes sociais. Tais relações correspondem, sempre, a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade - a natureza, a técnica de trabalho, os instrumentos, a organização e a divisão do trabalho. A expressão jurídica dessas relações são as relações de propriedade. No seu conjunto, as relações de produção formam a estrutura econômica, a base sobre a qual se constrói toda a vida social, política e intelectual da sociedade (MARX, 1977, p. 24).

Constitui um problema de grande relevância teórica saber como se produzem e, principalmente, como se reproduzem - ou seja, tem continuidade no tempo - as relações de produção que formam os alicerces da sociedade.

Com respeito à realidade brasileira, um dos aspectos mais pesquisados e debatidos, a nível acadêmico, é o desenvolvimento das relações capitalistas de produção - relações baseadas no trabalho assalariado - no meio rural.

A formação de uma categoria de proletários rurais, ou seja, de trabalhadores desvinculados dos meios de produção - principalmente da propriedade da terra - tem sido interpretada, muitas vezes, de forma um tanto equivocada. Tais interpretações correspondem, regra geral, a uma visão evolucionista dos chamados "modos de produção" e "formações sociais", concebidos como totalidades mais ou menos fechadas e linearmente sucessivas. Desse ponto de vista, a proletarianização do homem do campo é considerada como decorrência inevitável, fatal, da expansão do "modo capitalista de produção", ignorando ou subestimando o fato de ser essa proletarianização, em si mesma, um processo longo e pleno de contradições.

Brant, por exemplo, ao analisar o "novo exército industrial de reserva" constituído pelos trabalhadores volantes, afirma que "ele surge de preferência nas regiões onde a ocupação da terra se tenha completado, depois que a agricultura capitalista penetrou através das grandes plantações, ou naquelas em que um processo de concentração da propriedade tenha precedido a intensificação da produção agropecuária. De uma forma ou de outra, porém, essas regiões mostram o futuro das demais". (BRANT, 1977, p. 40. Grifo de ARM).

Essa visão linear do processo histórico não se estende, apenas, à formação do proletariado rural, mas atinge também o nível do

comportamento do "proletário" enquanto tal.

Mesmo para um autor lúcido como Ianni, o que parece teórica e empiricamente demonstrável é o fato de, ao dar-se a separação prática entre os trabalhadores e os meios de produção, ocorrer uma modificação correspondente no plano da ideologia e da ação dos proletários. Estes esqueceriam as práticas sociais "comunitárias" do tempo em que ainda detinham a posse da terra e se entregariam a uma ação organizada, via, por exemplo, sindicato rural. Definindo-se, economicamente e politicamente, como classe distinta da dos antigos "lavradores", os proletários passam a conceber suas relações sob um novo ângulo. "Em nível ideológico, aí se generaliza o reino do valor de troca. Isto é, as relações de produção passam a ser compreendidas e avaliadas com maior clareza, como relações mercantilizadas ou mercantilizáveis". (IANNI, 1976, p. 159).

Em outras palavras, os trabalhadores proletarizados já não reivindicariam, por exemplo, a propriedade ou mesmo o simples uso da terra, mas teriam no salário, resultado da "mercantilização" do trabalho, o foco de suas contradições com o sistema. Embora Ianni reconheça que um tal processo não se realize "simultaneamente, nem de modo harmônico e generalizado, por toda a sociedade brasileira", considera-o como "tendência predominante na evolução das relações de produção". (IANNI, 1976, p. 158).

O equívoco dessas interpretações não está em pensar a sociedade e as relações que nela se processam em termos de "totalidade",

uma vez que esta categoria é básica no contexto do pensamento marxista. O que é equivocado é o uso dessa categoria (totalidade) de forma mais ou menos rígida.

Segundo Henri Lefebvre, um conceito como o de "modo de produção", por exemplo, não pode ser usado aprioristicamente pelo investigador, como se precedesse a realidade histórica, vivida, dos homens. Um tal uso significa camuflar, de alguma forma, as contradições reais que animam as relações que ocorrem no seio da sociedade. Assim sendo, "nunca existe um sistema acabado, mas esforço no sentido da sistematização -no sentido da coerência e da coesão- a partir das relações de produção e das suas contradições". (LEFEBVRE, 1978, p. 235). Ainda de acordo com esse autor, a sistematização ou totalização das relações de produção deve ser, antes, o resultado do que o princípio da tarefa investigadora. (Idem, p. 236).

Outro sociólogo, Swingewood, assim equacionou esse problema a nível teórico: "A totalidade é um conceito dinâmico e expansivo que reflete a atividade histórica do homem em mudar constantemente o mundo social e a ele mesmo. Nesse sentido, a totalidade nunca é um absoluto (...), mas o que Sartre chama de 'destotalizada'. A totalidade nunca é completa: a práxis do homem nunca termina e, portanto, a totalidade 'existe', na melhor das hipóteses, apenas em forma de totalidade destotalizada". (SWINGEWOOD, 1978, p. 71).

A proletarianização do homem rural brasileiro, e, dentro desse processo, a constituição de uma camada de trabalhadores volantes,

deve ser focalizada historicamente, mostrando-se as contradições inerentes ao processo.

A inevitabilidade da proletarização do homem rural não é necessariamente verdadeira a nível do sistema social global, historicamente focalizado. Alguns estudos sociológicos tem mostrado a persistência de relações não-capitalistas de produção, em condições nas quais seria possível supor o seu desaparecimento.

Martins demonstrou que as relações de produção em que se colocou o imigrante, no regime de colonato típico, não eram capitalistas. Uma parte fundamental da reprodução da força de trabalho do imigrante ficava por conta do sistema de parceria na produção de alimentos, associada, sempre, à grande lavoura cafeeira. Trata-se, no dizer daquele autor, de um exemplo de como o capital, em seu movimento e tendo em vista sua própria continuidade, cria ou recria relações não-capitalistas de produção. (MARTINS, 1979).

A subordinação de relações não capitalistas ao processo de reprodução do próprio capital é demonstrada, ainda, nos trabalhos de LOUREIRO (1977) -sobre a coexistência do regime de parceria com a empresa capitalista moderna- e de SANTOS (1978) - este sobre os colonos do vinho no sul do país.

Em alguns casos, a proletarização encontra resistências na ação dos próprios trabalhadores rurais, que se recusam a separar-se dos meios de produção. Isso é comprovado pelos inúmeros casos de conflitos pela posse da terra, em diversas regiões do país. Um dos casos mais

recentes é o de Alagamar, na Paraíba, onde pequenos arrendatários não-capitalistas resistiram à tomada de suas terras por empresários rurais. (Cf. CANTELICE, 1980).

Constata-se, a partir desses trabalhos citados, que a mudança das relações de produção não é um processo automático, que permita uma previsão segura da direção que vai tomar. Esta direção só pode ser determinada examinando-se períodos históricos mais amplos e os interesses concretos dos agentes sociais envolvidos. Em outras palavras, a "penetração" do capital não leva a uma transformação pacífica das relações não-capitalistas em relações capitalistas. Por outro lado, como se rá visto, não implica também numa instauração mecânica de padrões de comportamento ditos "proletários" no meio rural.

De acordo com Ianni, "a ocasião em que o proletariado aparece de fato (como categoria econômica, social e política) é aquela em que ele já não possui, nem de fato nem imaginariamente, os meios de produção". (IANNI, 1976, p. 151. Grifo de ARM).

Essa afirmação leva a crer que proletário é aquele que, além de ter perdido a posse da terra, em sentido concreto, também eliminou a "terra" do seu horizonte ideológico. O que o libera, como num passe de mágica, de todo o seu passado como trabalhador não-assalariado, e o coloca na órbita das contradições especificamente "proletárias".

A afirmação deveria, no mínimo, ser atenuada pela referência a casos concretos. De fato, há base para afirmar-se que, em algumas regiões do país, como é o caso das regiões canavieiras de São

Paulo, o trabalhador proletarizado, o volante, já não reivindica terras. (Cf. GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 81).

Refletiriam, contudo, esses casos uma tendência histórica geral e inevitável?

É dentro dessa problemática, esboçada nos itens anteriores, que se coloca este trabalho. Trata-se de examinar até que ponto trabalhadores despojados, de maneira mais ou menos abrupta, dos meios de produção, se redefinem, enquanto categoria social, frente à sociedade. Uma redefinição que se dá tanto no plano das relações concretas, que põem os volantes em contato com outras categorias ou agentes sociais, quanto no plano ideológico. Essa redefinição se processa no quadro da reprodução do capital no campo, mas não será visto como simples reflexo dessa reprodução, mas como um de seus elementos dinâmicos e contraditórios.

Uma hipótese geral assumida neste trabalho é a de que os trabalhadores volantes tanto "afirmam" quanto "negam", em sua prática e em sua consciência, a reprodução capitalista.

Outra hipótese geral é a de que os trabalhadores volantes, ao "negarem" a reprodução capitalista, não manifestam, necessariamente, interesses especificamente "proletários".

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. O passado não-capitalista e sua ruptura

O exame dos depoimentos prestados pelos trabalhadores voluntários de Tupaciguara revela que a totalidade desses elementos viveu, no passado mais recente ou mais distante, sob relações não-capitalistas de produção.

Poucos vivenciaram, pessoalmente, a condição de pequenos proprietários, trabalhando a terra por conta própria ou, então, integrando-se no trabalho familiar em terras pertencentes aos pais ou avós. A maioria teve contatos com as relações de parceria, nas culturas de subsistência (arroz, milho, feijão, mandioca) ou exclusivamente comerciais (algodão).

Certas considerações se fazem necessárias quanto à presença de relações não-capitalistas no meio rural brasileiro.

3.1.1. As relações não-capitalistas de produção

As análises já empreendidas sobre o assunto possibilitam concluir que, embora seja um equívoco rotular de "feudais" certas relações ainda presentes na área rural brasileira, existem relações que não podem, a nível teórico, ser classificadas como capitalistas.

Como será explicitado no item 3.2.1., são capitalistas as relações de produção que permitem a realização do capital propriamente dito. O capital é concebido como valor que gera valor, ou seja, valor que se amplia. Essa ampliação se dá por intermédio da apropriação da mais-valia produzida pelo trabalhador direto. O trabalho assalariado é a característica essencial das relações capitalistas de produção^{2/}.

Em contraposição, as relações não capitalistas apresentam as seguintes características: o trabalho não tem preço de oferta; os trabalhadores não estão completamente separados dos meios de produção, dispondo de um direito, embora precário, sobre o uso das terras; no mínimo, uma fração do tempo de cada trabalhador é dedicada à produção de víveres para auto-consumo ou consumo da família, não importando se o resto do tempo seja dedicado à produção comercial. (Cf. TOPALOV, 1978, p. 70).

A parceria é uma das relações não-capitalistas de produção na medida em que não inclui o salário como categoria essencial.

^{2/} Deve-se ter em conta que, para Marx, o conceito de relações de produção é muito mais abrangente do que o de relações de trabalho ou regime de trabalho.

Em todos os casos de parceria citados pelos informantes, a subsistência do trabalhador e sua família era realizada com a produção direta dos meios indispensáveis (alimentos). Embora o trabalhador não aparecesse como proprietário da terra, detinha, enquanto parceiro, a sua posse. O fato de, muitas vezes, ser proprietário de uma parte dos instrumentos de trabalho (ferramentas, animais, carroças, etc.) não fazia dele um "capitalista". Mesmo quando empregava o trabalho assalariado de terceiros, somente o fazia complementarmente ao trabalho de sua família. Esse trabalho não servia à acumulação, à ampliação do estoque de capital constante. A finalidade era a sobrevivência, não a reprodução do capital.

Em seus depoimentos, os trabalhadores volantes desvelam alguns aspectos concretos das relações não-capitalistas vivenciadas por eles em outras épocas. Manifestam, também, as marcas ideológicas de sua transição para o trabalho assalariado.

3.1.2. O passado dos volantes

Referindo-se ao seu passado, os volantes falam comumente da situação de "agregação" nas fazendas. O termo "agregado" é usado por eles para designar o trabalhador residente nas fazendas, o qual associava a meação à prestação de trabalho pago ou gratuito ao proprietário ou arrendatário. É uma designação comum em Tupaciguara e municípios vizinhos, da mesma forma que "peão" designa o trabalhador não-residente e assalariado.

Nos casos investigados, há indicadores de que as relações de parceria, que faziam parte da condição de "agregado", subordinavam-se, direta ou indiretamente, às determinações do capital nas fases mais primitivas da acumulação.

Duas situações de exercício da parceria foram detectadas nas entrevistas realizadas.

(1.a) O uso das "lavouras" como uma etapa do processo de valorização das terras novas. Isso está presente nos depoimentos dos trabalhadores que, durante anos, acompanharam a expansão da fronteira agrícola, no município de Tupaciguara ou em outras regiões, particularmente do Estado de Goiás. Nesta situação, o cultivo agrícola, por um ou dois anos seguidos, fazia parte da preparação do solo para a formação de pastagens.

(2.a) A "lavoura" integrada, em maior ou menor grau, à produção comercial. Nesta situação, ainda que o trabalhador objetivas-se, primordialmente, a subsistência da família, uma parte do produto, geralmente a do patrão, era comercializada.

O depoimento do fazendeiro A.M. ilustra as vantagens da parceria, do ponto de vista do capital. Trata-se de um proprietário rural dos mais antigos do município. Sua propriedade, de aproximadamente 350 hectares, é hoje explorada através da combinação mecanização/trabalho volante. Até 1964 essas terras eram cultivadas por cerca de 30 famílias de meeiros. O Sr. A.M. considera, hoje, que esse sistema era lucrativo e cita como causa disso a "maior produtividade" dos trabalhadores.

Segundo ele, "trazia lucros tanto para o fazendeiro quanto para o trabalhador. Muita gente aqui acertou a vida trabalhando nas minhas terras". Outro ponto que destaca é a "estabilidade da mão-de-obra" naquele sistema, pois permitia dispor facilmente do parceiro ou de seus familiares para trabalhos assalariados.

Na perspectiva dos trabalhadores, as vantagens da parceria não aparecem como fatores que lhes permitiram, em algum momento, a capitalização. Enfatizam, sempre, a relativa abundância de alimentos - a "fartura" da roça. Dois deles referem-se, também, à maior autonomia de que dispunham no processo de trabalho, embora ressalvem de que se tratava de uma autonomia relativa, pois os patrões constantemente intervinham naquele processo.

Em quatro depoimentos, verifica-se que os trabalhadores tem consciência de que, por trás do sistema de parceria agiam os interesses econômicos dos proprietários. Em um desses depoimentos, o trabalhador se refere à "lavoura" feita com o intuito de preparar as pastagens futuras. Esse sistema, que teria sido comum no município, até alguns anos atrás, é visto pelo trabalhador como "desumano", na medida em que "não permitia permanecer na terra e a gente era enganado. Fazia uma colheita, ou duas, e lá vinha o patrão, pondo capim e tocando a gente".

O depoimento de outro trabalhador, J.M., revela um outro mecanismo de exploração embutido nas relações de parceria: o fornecimento, a preços vantajosos para o proprietário, de insumos necessários ao cultivo agrícola. "Há uns cinco anos, no Prata, perdi uma lavoura de arroz, por causa do sol. O contrato, de boca, era de vinte por cento

para o patrão. No ano seguinte, o patrão quis modificar o contrato. Seria à meia, mas eu tinha de pôr metade do adubo, do calcário e da cobertura. Eu tinha o preço de tudo, pois tinha visto o vendedor chegar. O patrão queria que eu pusesse oito mil de minha parte. Era demais. Ele queria resolver o problema às minhas custas. Foi por isso que vim pra cidade".

Outros dois informantes falam da debilidade dos agricultores pobres, sobre os quais recaem muitas vezes os riscos de uma atividade tão instável quanto a agricultura. Essa debilidade faz com que os fatores naturais negativos, aliados à intolerância dos patrões, se transformem em verdadeiros dramas financeiros e pessoais. Conforme declarou um deles: "Plantei um ano, colhi. Feitas as contas, sobrou pouco para nós. Não deu nem pro gasto. No ano seguinte, a gente plantou de novo, mas veio a seca, perdeu tudo. O fazendeiro não quis saber. Tive que trabalhar por dia, eu e meu irmão, numa outra fazenda, pra poder pagar o que devia".

As experiências negativas relatadas nesses quatro depoimentos fazem com que, nesses casos, os trabalhadores tenham uma visão bem menos idealista do passado. Em comparação com a situação atual, como bôias-frias, julgam o passado "melhor" de maneira geral, mas não deixam de destacar aquelas experiências, que atribuem à falta de sensibilidade de determinados proprietários ou agentes do capital.

3.1.3. A ruptura

A passagem das relações não-capitalistas para as relações capitalistas de produção apresenta três momentos ou etapas: num primeiro momento, a liberação da mão-de-obra empregada nos antigos processos de trabalho; num segundo momento, a transição para o trabalho assalariado puro e, no terceiro momento, a integração dos trabalhadores nas novas relações.

A "expulsão" dos trabalhadores das fazendas é vista por eles mesmos de forma dramática e referida a aspectos particulares do seu relacionamento com o patrão. Como se poderá verificar através dos dois depoimentos seguintes.

O.D. permaneceu como "agregado" numa mesma propriedade, durante mais de vinte anos. "Eu sô trabalhava dentro da fazenda. Formava roça, capinava, cuidava do gado. O patrão morreu. A gente tinha o direito de morar lá, mas a família do patrão ficou implicando, querendo que eu saísse. Começaram a cortar minha carreira. Fui pelejando, pois eu tinha umas vaquinhas lá, mas a família foi me pressionando. Acabei desistindo, resolvi sair da propriedade. Deixei lá a roça feita, muitos mantimentos. Pus as coisas no caminhão e a gente veio pra cidade. Eles me deram cinco milhões de indenização. Era muito pouco, mas deu pra fazer uma parte da casinha".

T.G., outro trabalhador, assim se expressou: "O patrão quebrou e não quis mais a gente na fazenda. Saimos de lá tocados; muita gente saiu. O patrão arranhou casa pra nós na cidade, sem a gente ficar

sabendo. Viemos sem dinheiro e ele só pagou um mês de aluguel. Passamos até vergonha, a gente não tinha mobília, nem roupa decente...".

Regra geral, os volantes atribuem à sua expulsão das fazendas sua situação atual no mercado de trabalho. Alguns se referem às vantagens da cidade (existência de hospitais, escolas, etc.) como motivos de atração da zona urbana, mas tais motivos apresentam-se como secundários diante dos fatores de expulsão.

Solicitados a dar uma explicação de caráter geral para o fenômeno da expulsão, referem-se, invariavelmente, aos efeitos da legislação trabalhista no campo (Estatuto do Trabalhador Rural - Lei 4.214/63). Em particular, fazem referências aos inúmeros conflitos trabalhistas, em torno de indenizações, que teriam sido desencadeados por essa legislação.

A contínua repetição, tanto pelos trabalhadores entrevistados quanto por outros elementos que fazem parte do seu meio social, da culpabilidade da legislação quanto ao fim da "agregação" nas fazendas, sugere uma hipótese no âmbito da reprodução ideológica^{3/}. O argumento funciona como uma espécie de reinterpretação do passado, de acordo com os interesses e a visão de mundo dos agentes do capital. Tal reinterpretação se faz, sobretudo, no sentido de isentar os fazendeiros de responsabilidades no processo de transformação das relações de produção e, em particular, nos aspectos conflitivos desse processo. A responsabilidade

^{3/} A atribuição dessa culpabilidade é um elemento constante nas entrevistas realizadas com trabalhadores volantes em diversas regiões do país, conforme se pode constatar.

é transferida ao governo, aos políticos que fizeram a lei e aos próprios trabalhadores, que se utilizaram da lei e que teriam sido levados a isso por advogados inescrupulosos. Por outro lado, a referência aos conflitos indenizatórios e às suas consequências, vistas negativamente pelos trabalhadores ("é por causa dessas indenizações que os fazendeiros não dão mais agregação"), age no sentido de gerar atitudes de conformismo, desestimulando o uso da justiça, em geral, para apoiar a defesa de direitos.

Sem negar aos conflitos trabalhistas o possível papel que tenham tido nas situações concretas da liberação dos trabalhadores de seus antigos vínculos com os fazendeiros, é preciso verificar os fatores que, em última instância, são os responsáveis pela expansão das relações capitalistas no campo. Tais fatores, percebidos, embora de maneira fragmentária, pelos trabalhadores, decorrem do próprio movimento dinâmico do capital.

Um desses fatores, a substituição de culturas por outras mais rentáveis, aparece, por exemplo, no depoimento seguinte, de um trabalhador: "O senhor vê que esses fazendeiros foram mudando as culturas. Hoje, ninguém quer mais plantar arroz e feijão, só a soja... que esses paulistas plantam. Mas, soja ninguém come. Vai tudo pra fora. E também querem gado, onde antes só faziam lavoura".

Sobre a expansão da pecuária como fator de desagregação das antigas relações, vários depoimentos fazem referência a fazendeiros antigos do município, os quais até alguns anos atrás davam "agregação" e atualmente "só querem capim em suas terras".

Do ponto de vista do capital, essas mudanças são justificadas em nome da lucratividade, redução de custos e transformação do mercado. O fazendeiro A.M., anteriormente citado, assim depôs a respeito do assunto: "Hoje, o equipamento, os produtos químicos, a assistência, tudo custa caro. E o financiamento é pago com juros altos. Uma pessoa, para plantar e lucrar, precisa esperar que os preços fiquem bons. Isso nem sempre acontece e a pessoa acaba vendendo pelo preço que derem. Já com o gado isso não acontece. O fazendeiro forma um rebanho, vacina, solta no pasto. Se for gado de corte, então, necessita de mão-de-obra mínima. Isso dá lucro. Percebemos, então, porque alguns preferem, hoje, mudar tudo em pasto".

Ao analisarem as transformações que atingiram o campo, de maneira geral, e as relações de trabalho, em particular, alguns informantes demonstram consciência das desigualdades de recursos entre os trabalhadores "pobres" e os donos do capital. "A terra é pros fazendeiros, mesmo. Veja o exemplo desse fazendeiro, o J.S. Ele comprou mil e seiscentos alqueires de cerrado. Aquilo não valia nada. Vã lá hoje, tem só gado e café. Se fosse um pobre, o que ia fazer numa terra dessas? Não tinha dinheiro prá comprar adubo, não podia tratar da terra como ela precisa".

Outro informante aduziu as possíveis causas da fraqueza do "pobre" face ao movimento do capital. "Também o governo não dá financiamento para o pobre. É só o grande que consegue financiamento, principalmente prá comprar máquinas. A máquina hoje faz tudo. Antigamente, com quatro homens a gente tocava uma lavoura de quinze alqueires, usava

arado puxado por boi. Hoje, está tudo mudado".

A ruptura das antigas relações de produção não implica uma passagem automática para o trabalho assalariado "puro". Nos casos investigados, existe, sempre, um período de transição, em que o trabalhador alterna o assalariamento com uma "volta" ou várias "voltas" às relações não-capitalistas.

Há casos em que o trabalhador, já concretamente transformado em volante, conseguiu uma ou outra "agregação", embora sem continuidade.

Na transição, outras possibilidades factuais aparecem. Uma possibilidade é o uso, pelos fazendeiros, de certas formas de coerção, as quais reforçam os métodos de exploração da mais-valia.

Teoricamente, um dos pressupostos da existência das relações capitalistas é a liberdade do trabalhador face às condições de venda de sua força de trabalho. Certas restrições a essa liberdade, mais coerentes com a violência da acumulação primitiva, não deixam de ser usadas pelo capital, em seu movimento. A esse respeito, é ilustrativo o depoimento do trabalhador J.L., a seguir transcrito.

"Nasci na zona rural de Pernambuco. Meu pai era proprietário de um pedaço de terra. A gente plantava milho, mandioca e algodão mocô. A vida era mais apertada do que aqui. De vez em quando vinha uma seca. Não dava para criar mantimentos".

"Certa feita chegou lá um caminhão, um gato contratando gente, iludindo. Eles diziam que a gente iria ganhar muito dinheiro,

diziam que a gente ia poder até comprar chão".

"Meu pai não queria que eu viesse, tive de sair fugido. Viemos uma setenta e cinco pessoas, a maioria solteiro, molecada. A gente chegou em Minas, eu fui vendido pra um fazendeiro italiano. Fomos vendidos como porco. O fazendeiro tinha uma fazenda arrendada em Barreiro, depois fui pra uma fazenda dele mesmo, em Sete Lagoas. Fiquei com ele cerca de um ano, até pagar a dívida de viagem, que era mais ou menos uns três contos".

"Quando a gente ainda devia pro patrão, ele agradava muito a gente. Quando ia pra cidade, por exemplo, comprava cigarros pra nós. Ele tinha medo de peão fugir, como acontecia em outras fazendas".

"A gente ganhava por dia, não lembro quanto, mas o que o patrão pagava estava sempre abaixo do combinado. Quando acabamos de pagar a dívida, o patrão mudou o sistema. Cortou os presentes e a comida piorou. Tinha dia que a gente comia só arroz com mamão. Por isso, saí de lá".

O próximo passo, na vida desse trabalhador, foi transformar-se em bôia-fria.

3.2. Reprodução do Capital e Trabalho Volante

A análise dos casos de trabalhadores volantes de Tupaciguara permite revelar aspectos concretos da produção e reprodução das relações capitalistas.

Além dos aspectos propriamente econômicos dessas relações, serão vistos aqui os mecanismos sócio-culturais que permitem "reproduzir" os volantes enquanto tais, ou seja, enquanto trabalhadores requeridos, em termos quantitativos e qualitativos, pelo processo produtivo no campo.

Contudo, antes de entrar nesses aspectos concretos da reprodução, são necessárias algumas considerações de ordem teórica.

3.2.1. A reprodução capitalista

Em Marx, pode-se apreender os conceitos básicos para o entendimento do processo de produção e reprodução das relações de produção capitalistas. Tais conceitos foram desenvolvidos, principalmente, em "O Capital", no seu capítulo VI (inédito), livro I.

O capital não se confunde com os objetos materiais que entram no processo produtivo, tais como as matérias-primas e os instrumentos de trabalho. Ele é, antes, uma relação econômica e social que se estabelece entre produtores diretos e proprietários dos meios de produção. O capital só é capital na medida em que funciona como valor que gera valor, ou seja, como produtor de mais-valia, tanto em sua forma absoluta como relativa.

A soma de valor ou de dinheiro investida pelo capitalista só potencialmente é capital. Sabe-se que essa soma de dinheiro se converte, no processo produtivo, em meios de produção, por um lado, e capacidade de trabalho, por outro lado. O conjunto dos meios de produção

forma o capital constante e a soma de dinheiro correspondente aos salários pagos aos trabalhadores forma o capital variável.

O capital possível, potencial, só se transforma em capital real e atuante pela incorporação do trabalho adicional, diferença entre o trabalho pago, ou seja, o salário responsável pela subsistência do trabalhador, e o trabalho realmente efetivado.

No processo de produção capitalista, o capital é o único elemento que se valoriza. O trabalhador, malgrado tenha sido seu trabalho excedente o real gerador do valor, "sai do processo tal como entrou, como simples força de trabalho subjetiva que, para conservar-se, terá de percorrer novamente o mesmo processo". (MARX, 1978, p. 91).

Este é o mecanismo pelo qual o capital se produz e reproduz, acumulando-se. Se, num determinado momento, o capital se apresenta como elemento autônomo, como soma de condições de trabalho dadas, às quais se contrapõem os trabalhadores, é no processo de produção que realmente o capital se constitui como capital. Sem a exploração do trabalho vivo, concreto, não há capital propriamente dito.

Essa produção e reprodução do capital - o capital gerando capital - tem uma série de implicações importantes.

Em primeiro lugar, o processo implica na recriação contínua da força de trabalho, da massa de assalariados indispensável. Porque é justamente essa força de trabalho que funciona como meio necessário para a realização e aumento do capital existente.

"...verifica-se que o capital regula, conforme suas necessidades de exploração, essa produção da força de trabalho, a produção da massa humana que ele irá explorar". (MARX, 1978, p. 91).

Outra implicação desse processo é que a reprodução capitalista não é a repetição, pura e simples, da relação original. Se assim fosse, a relação de produção capitalista seria estática e limitar-se-ia à reposição, sempre igual e monótona, dos fatores esgotados. A reprodução, veiculada no processo, é reprodução cada vez mais ampliada. Além disso, é uma reprodução capaz de modificações qualitativas.

No dizer de Srouf: "Se reproduzir é repetir, conservar, também é reinventar e renovar. A reprodução é fundamentalmente o conceito da continuidade histórica, mas é a um só tempo a negação da fixidez: pois o processo de produção que é apropriado cognitivamente na sua reiteração, é sempre um processo novo, com a marca da singularidade". (SROUF, 1978, p. 100/101).

As relações capitalistas de produção procuram ocultar, frequentemente, aquilo que está na sua base: trata-se, em verdade, de relações assimétricas. Uma relação "que se reproduz sob condições cada vez mais propícias para uma das partes, para os capitalistas, e mais desfavoráveis para a outra, os assalariados". (MARX, 1978, p. 92).

A assimetria dessas relações é oculta, justamente, pela aparência que assume, no mercado, a mercadoria força de trabalho. Esse caráter mercantil da força de trabalho é um dos principais elementos das relações capitalistas de produção.

"Sabemos que a força de trabalho não é uma mercadoria em todas as relações sociais. (...) Para o ser, necessita de duas condições: primeiro, o operário tem que ser livre, ou seja, ter o direito de dispor livremente de sua força de trabalho; nem o escravo nem o servo tem este direito; dependem pessoalmente do proprietário ou do senhor. A segunda condição é que o operário seja livre face aos meios de produção e aos meios de existência, que esteja desprovido deles e então ver-se-á obrigado a vender a sua força de trabalho". (LAPIDUS e OSTROVITIANOV, 1978, p. 136).

A questão é que, no mercado, portadores de força de trabalho e donos do capital se apresentam como tendo direitos iguais e como interessados em trocar mercadorias equivalentes. A aparência é de que o capital e a força de trabalho são iguais em essência, sô se diferenciando, a rigor, quanto ao valor de uso ou destinação específica. Na prática cotidiana, essa aparência de igualdade se desfaz.

Se as relações entre capitalistas e trabalhadores fossem relações entre iguais, ambos trocariam seus próprios trabalhos, representando diferentes valores de uso. Acontece que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, o faz em troca de uma parte do produto que ele mesmo cria, através do seu trabalho concreto. É a parte do produto que lhe transfere o capitalista sob a forma de salário, indispensável à sua reprodução como força de trabalho.

As considerações anteriores não esgotam todos os aspectos relativos ao problema da reprodução das relações capitalistas de produção; apenas, indicam os contornos essenciais desse problema.

Lefebvre considera que o processo de reprodução das relações capitalistas não é apenas a perpetuação das relações de trabalho, opondo donos do capital e trabalhadores, mas é o processo de continuidade de toda a sociedade capitalista. É o processo de reprodução das relações globais dessa sociedade.

Trata-se não somente da reprodução dos elementos da infraestrutura, mas também das condições superestruturais que tornam possível a continuidade do capital. Estão nesse caso as relações jurídicas entre capitalistas e detentores da força de trabalho, ou seja, as relações contratuais. (LEFEBVRE, 1978).

Outro aspecto a ser considerado é a reprodução ideológica. No dizer daquele autor, "a ideologia tem uma eficácia limitada, embora incontestável: mascara as contradições na e para a consciência (nas representações). Na pior das hipóteses, ela difere os efeitos dessas contradições; não pode suprimi-los. É claro que sem o crescimento, quer das forças produtivas (técnico), quer da população (demográfico), nunca a ideologia poderia ter conservado as relações de produção - apenas pode encobrir a sua reprodução". (LEFEBVRE, 1978, p. 236 e 237).

Quer dizer, por trás da máscara da ideologia, descobrem-se os homens reais, suas relações concretas e suas contradições básicas. "A consciência jamais pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real". (MARX e ENGELS, 1979, p.37).

Na reprodução das relações capitalistas de produção, o Estado tem um papel estratégico. Ele cumpre esse papel tanto na qualidade

de legislador e organizador do sistema contratual e institucional, quanto na qualidade de poder repressivo. É a partir desta dupla perspectiva, legisladora e repressiva ao mesmo tempo, que o Estado coordena as forças econômicas, sociais e políticas dos membros da sociedade. (LEFEBVRE, 1978).

3.2.2. Os trabalhadores volantes como mão-de-obra

A reprodução do volante como mão-de-obra, sem dúvida, inclui vários aspectos concretos, alguns dos quais não serão analisados neste trabalho, face à limitação dos dados disponíveis. Por tal motivo, não será vista aqui a reprodução desses trabalhadores sob o ponto de vista demográfico, estudo que exigiria conceitos e técnicas especializadas.

A população constituída pelos trabalhadores volantes será tida como uma população "dada", ou seja, já disponível para o processo produtivo. A essa população pode-se aplicar o conceito de "exército industrial de reserva": uma população numericamente superior às necessidades imediatas do processo produtivo e que atua como fator de rebatimento dos salários.

A existência de um "exército industrial de reserva" ou "superpopulação relativa" decorre da própria lógica da organização econômica capitalista. "Nos países em desenvolvimento, a superpopulação relativa precede o progresso técnico e começa com a acumulação primitiva, com as formas pré-capitalistas da produção - ela surge e ganha maior expressão de grandeza nas atividades primárias e é, em grande parte, um

produto de coação extra-econômica, da violência dos senhores de terra contra os camponeses e trabalhadores agrícolas; e isso acontece sem que os braços expulsos do campo sejam, necessariamente, substituídos por instrumentos de produção modernos". (GUIMARÃES, 1979, p. 258).

As informações obtidas nas entrevistas e nas observações realizadas em fazendas da região mostram que, no município de Tupaciguara, os trabalhadores volantes são utilizados, praticamente, em todas as culturas e em um significativo número de tarefas no decorrer do ano agrícola. São utilizados tanto nas culturas mais exigentes de mão-de-obra, como o arroz e o milho, quanto nas culturas modernas, mais suscetíveis à mecanização. No caso de uma cultura como a soja, por exemplo, de introdução mais ou menos recente no município, o volante entra como força de trabalho suplementar nas tarefas que não podem, devido a fatores naturais ou técnicos, ser mecanizadas. Mesmo as pequenas propriedades, trabalhadas diretamente por seus proprietários ou por rendeiros, utilizam ocasionalmente volantes, os quais complementam a força de trabalho familiar.

O trabalhador volante, regra geral, é um trabalhador de baixa qualificação técnica. As tarefas que executa repetem as práticas do tempo em que ainda "tocava lavoura". Algumas inovações foram introduzidas, mas, quase sempre, não atingem o volante. O uso de máquinas, por exemplo, é tarefa de outros tipos de assalariados. Cercas práticas modernas, como a aplicação de inseticidas e herbicidas, não são especialmente exigentes quanto ao grau de habilidades técnicas requeridas. Tais habilidades são transferidas no próprio processo de trabalho, sem

maiores dispêndios de tempo ou de recursos.

A explicação para a existência de uma massa de trabalhadores não-qualificados, ainda quando se tenham introduzido alguns processos modernos de trabalho, deve ser buscada nos mecanismos de reprodução do capital. "A introdução da categoria 'trabalho sem qualificação', 'não qualificado', 'inābil', é uma forma de reduzir o tempo de formação e o custo da reprodução, e de legitimar a depreciação e desvalorização do trabalho, da grande massa de trabalhadores que compõe a base da empresa moderna, como foi o mecanismo de depreciação do trabalho feminino e de menores, base da empresa tradicional". (ARROYO, 1980, p. 12).

A exploração do trabalhador volante se caracteriza, portanto, pela extração da mais-valia absoluta. Tal exploração apresenta-se como vantajosa, para o capitalista, sempre que comparada com técnicas mais avançadas e produtivas, porém dispendiosas. A esse respeito, o fazendeiro entrevistado referiu-se ao custo cada vez mais alto das máquinas e insumos agrícolas, o que o força a utilizar um volume maior de mão-de-obra. Citou como exemplo a pulverização de inseticidas com aviões: ele teria condições de pagar essa pulverização, porém considera mais barato realizar o serviço através dos volantes.

O exame detido dos depoimentos prestados pelos volantes de Tupaciguara permite a constatação da existência de numerosos mecanismos extra-econômicos de apropriação, utilização e adequação da mão-de-obra volante às exigências do capital.

19) As modalidades de recrutamento dos trabalhadores volantes, em Tupaciguara, variam de acordo com as tarefas requeridas e com o volume de trabalhadores exigidos.

Em certos casos, os proprietários, mesmo, procuram os trabalhadores seus conhecidos e os contratam. Isso acontece, geralmente, quando a tarefa requerida necessita de poucos trabalhadores, em caso de pequenas propriedades. Em outros casos, porém, o recrutamento é tarefa delegada aos "gatos" ou aos "gerentes", ou seja, a intermediários.

Tais intermediários se valem dos seus conhecimentos pessoais para recrutar e selecionar a mão-de-obra. Para tanto, fazem visitas aos trabalhadores e usam as redes informais de relações ("um conta para o outro que fulano precisa de gente"). Somente quando o volume de trabalhadores exigidos é elevado - nas épocas de colheitas, por exemplo - é que se valem de técnicas formais de recrutamento, como os anúncios radiofônicos.

Confirmando as observações de MELLO (1975), feitas em outra região, a seleção dos trabalhadores, na época das colheitas, é quase nula. Um dos "gatos" entrevistados revelou que, nessa época, vê-se obrigado a aceitar qualquer trabalhador disponível. Em outras ocasiões, desde que não se manifeste escassez de braços, há uma seleção incidente sobre aspectos como a idade, a força física aparente, o sexo e, principalmente, o grau de "disciplina" do trabalhador.

É o conhecimento pessoal que permite aos intermediários exercer controle sobre o grau de "disciplina" dos trabalhadores, em função dos requisitos da produção econômica. Se a situação o permite, os

intermediários preferem sempre trabalhar com gente conhecida, cujos hábitos consideram ajustados ao processo produtivo. São recusados, por exemplo, bêbados contumazes ou elementos considerados "criadores de problemas".

Fora das tarefas produtivas, os intermediários sempre mantem relacionamento, do tipo primário, se não com todos, pelo menos com um certo número de trabalhadores seus conhecidos. Esse relacionamento possibilita reservar, para uso do capital, um contingente mínimo de trabalhadores relativamente disciplinados.

Apesar de haver uma certa concorrência, entre os trabalhadores, por salários mais elevados - fato observado pelo autor da pesquisa - tudo indica que a concorrência é maior pela possibilidade, que se afigura aos trabalhadores, de continuidade no processo produtivo. Como resultado das pressões econômicas e sociais, os volantes sentem a necessidade de manter uma "boa imagem" junto aos empregadores - patrões e intermediários - na esperança de prolongar as épocas de trabalho e de ganhos no decorrer do ano. Tal fato, obviamente, traduz-se em maior dependência dos trabalhadores em relação aos agentes do capital.

29) O que preside à contratação desse tipo de trabalhador - o volante - além do cálculo econômico é a possibilidade de utilizá-lo em diversas atividades requeridas pelo processo produtivo, no decorso do ano agrícola, desde o plantio à colheita, atividades, como já se viu, pouco exigentes quanto à qualificação. Muitas dessas atividades podem ser confiadas, indistintamente, a homens e mulheres, adultos e jovens - tais como a capina, a colheita, a aplicação de herbicidas, a

preparação de aceiros, a limpeza de valetas ou a cata de raízes ou pedras. Outras, por exigirem um deslocamento contínuo ou uso maior da força física, são limitados aos homens, àqueles que disponham de maior energia. Estes são arranjos que se procura observar, a fim de garantir uma boa execução dos trabalhos. Trata-se de atividades não especializadas, que não são exclusivas de certos indivíduos, nem executadas de forma contínua pelas mesmas pessoas. Regra geral, não supõem longo aprendizado técnico.

A baixa qualificação técnica do trabalhador volante, além de justificar a depressão dos seus salários, como já foi ressaltado, é estratégica para o capital, na medida em que permite a substituição rápida de um trabalhador por outro. Não existem, mesmo, impecilhos de ordem legal a isso, uma vez que os volantes não são empregados registrados.

O aprendizado do trabalhador volante, quando existe, faz-se simultaneamente com a execução do próprio trabalho. Neste caso, treinamento e fiscalização são duas faces do mesmo processo.

Mais significativo que o aprendizado técnico propriamente dito é a assimilação, pelos trabalhadores mais jovens e/ou recém contratados, das regras mínimas de disciplina e sociabilidade desejável. Assim se expressou, a respeito, um "gerente" de turma: "No começo, tudo parece meio xucro. O sujeito sai de um serviço, vai pra outro, não sabe fazer, mas no fim tudo acaba bem, ele vai compreendendo. No começo, algum senta no toco, zanga por qualquer coisinha. A gente vai dando conselho, ele vai se acostumando. Isso tudo é problema que a gente tem de ir ajeitando".

Essa dimensão socializadora confere ao "gerente" de turma ou fiscal características especiais. Em geral, trata-se de um trabalhador mais velho, experiente e com certa capacidade de relacionamento com os demais. Seu ajustamento ao processo de trabalho, em regra, é elevado, embora a função não o poupe de certos conflitos pessoais e da necessidade de enfrentar certas tensões grupais muito frequentes no processo de trabalho.

O "gerente" acima citado assim se referiu às suas funções socializadoras: "Ser gerente é ser como professor. Tem alunos que o professor explica e eles já vão seguindo aquilo. Outros, fazem justamente o contrário. É a mesma coisa na roça. A gente diz 'faça isso assim' e o camarada faz o contrário. (...) Porque eu sou sempre assim no serviço. Se eu tivesse trabalhando e o gerente mandasse fazer, eu fazia do jeitinho que ele mandou. Aliás, fazia até um pouquinho melhor, se pudesse".

É esta visão conformista, adequada ao processo de trabalho e decorrente, em última instância, das determinações do capital, que os intermediários se esforçam por impor e ver assimilada pelos trabalhadores, "reproduzida" nas suas consciências.

39) A ação dos fiscais ou "gerentes" tem uma relação mais direta com a exploração do sobre-trabalho dos volantes. Esta ação é responsável pela intensificação do ritmo de trabalho e, portanto, pela maior produção e produtividade.

Aos fiscais cabe zelar pelo cumprimento dos horários de trabalho, pela disciplina e pelos detalhes deste ou daquele trabalho concreto.

O fiscal é ele mesmo um trabalhador volante "promovido". Pelo cumprimento de suas funções, recebe uma diária um pouco mais elevada que a dos demais trabalhadores. Em alguns casos, o fato de exercer ascendência sobre os demais trabalhadores não destrói nele a consciência de que é um "bôia-fria" como os outros, cujas condições de vida são melhores porque não precisa "pegar no pesado" como os outros.

Um dos gerentes entrevistados revelou que, às vezes, o cumprimento de suas funções se torna "difícil", por ter de tomar decisões que contrariam a vontade dos trabalhadores, embora ele tenha que tomá-las, pois o "patrão" exige.

A informalidade, escudada sempre que possível em relações de amizade, pauta a ação do fiscal. Eis como um dos "gerentes" entrevistados tem por hábito comandar o reinício do trabalho, após o almoço: "Precisa ver a turminha que tenho lá. Seu eu sento num lugar, eles sentam em roda de mim para contar causo. Quando vai chegando a hora, eu falo 'olha, vocês estão roubando o dinheiro do homem; vamos trabalhar! Eles se levantam rindo, brincando. Com amor, a gente vai ajeitando".

Muitas situações de tensão, porém, explodem durante o trabalho. Nessas situações, os fiscais assumem, claramente, a defesa dos interesses patronais. Outro "gerente" entrevistado assim se expressou: "Muitos só querem enrolar, só querem ganhar. Eles tem natureza ruim, não querem trabalhar. Vai indo, não tem jeito. Tem de mandar embora. Já perdi muita amizade porque tive de mandar o camarada embora".

Certas situações de tensão escapam ao nível individual e tendem a alastrar-se pelo grupo. São notadas quando os trabalhadores sentem que determinadas exigências no trabalho são descabidas e impõem sacrifícios que não esperavam. Tais situações podem ser interpretadas, pelos trabalhadores, como decorrência da "ruindade" ou falta de compreensão do fiscal; há ocasiões, porém, que elas se revelam como exigências descabidas do empresário, por trás da ação direta dos seus prepostos. Quanto a isso, é significativo o depoimento do trabalhador J.G.: "O trabalho no cafezal é simples. A gente só precisa fazer a limpeza das ruas. Mas, o trabalho fica muito cansativo por causa das exigências que eles fazem. Se a gente reclama, eles aumentam essas exigências. Na semana passada, por exemplo, nós nos reunimos com o gerente e a gente disse que estava sendo prejudicado. A diária estava muito baixa pelas exigências que eles faziam. A diária era de 130 cruzeiros. Daí, a firma mudou o pagamento para o sistema de empreita e a gente passou a ganhar cinquenta centavos por cada pé de café limpo. Era muito pouco e a gente continuou reclamando. Aumentaram para setenta e cinco centavos o pé, mas daí para a frente, as exigências ficaram maiores ainda. Desse jeito, não dá e eu já disse pros outros que, se continuar assim, o jeito é procurar outra firma".

Esse depoimento revela que os conflitos trabalhadores/fiscais, na verdade, apenas camuflam os verdadeiros conflitos, que são os que envolvem o capital e o trabalho, como pólos antagônicos, porém complementares, das relações de produção. Essa polaridade se faz consciente, para o trabalhador, nos momentos de tensão grupal.

Nas tarefas remuneradas de acordo com a produção, como é o caso das colheitas, a ação dos fiscais, visando à intensificação do ritmo de trabalho aparentemente diminuem. Os próprios fiscais observam que, ao ganhar por produção, cada trabalhador manifesta interesse pessoal em trabalhar em um ritmo mais acelerado. Essa observação confirma aquilo que já se sabe sobre as implicações do salário por produção ou "por peça", como o chama Marx. "Dado o salário por peça, é naturalmente interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade do trabalho". (MARX, 1968, p. 640).

É, ainda, o salário por produção que leva alguns trabalhadores a prorrogar, voluntariamente, a jornada de trabalho durante as colheitas. Tais trabalhadores são considerados, pelos demais, como "necessitados" ou que "tem dívidas a pagar". Contam, mesmo, com a simpatia dos outros trabalhadores que, geralmente, ficam esperando por eles no caminhão, após haver interrompido o seu próprio trabalho. Obviamente, contam também com o beneplácito dos fiscais e "gatos".

Um "gerente" de turma revelou que, na colheita do algodão, dá preferência a mulheres e crianças. Justificou-se dizendo que esse tipo de tarefa cria uma situação de competição pacífica, principalmente entre as mulheres, permitindo acelerar a produção. Não foi possível confirmar ou negar essa competição através de outros depoimentos. Há contudo, indícios de que o emprego de mulheres e crianças na colheita do algodão é mais vantajoso sob o ponto de vista da qualidade do produto colhido do que da quantidade propriamente dita.

"Aumentando a intensidade e a duração do trabalho - diz Marx - o salário por peça em nada beneficiou o proletariado rural". (... MARX, 1968, p. 643). A situação do trabalhador volante ilustra muito bem essa ausência de vantagens. Ganhos individuais maiores, concentrados num certo período de tempo, criam às vezes a ilusão de um salário mais elevado. Entretanto, para trabalhadores que vivem condições tão instáveis de emprego, a aceleração do ritmo e a extensão da jornada de trabalho significam, quase sempre, uma redução do número de dias de trabalho por ano. Então, "verifica-se, avaliando-se sua receita total, que a diminuição de seu tempo de trabalho durante o ano representa uma perda maior do que a remuneração adicional que recebe...". (MARX, 1968, p.643).

Para o capital, a intensificação do ritmo de trabalho e a extensão da jornada, durante a época das colheitas, são vantajosas, ainda que não possibilitem aumentar a massa da mais-valia obtida. As colheitas devem ser realizadas num espaço mais ou menos curto de tempo, a fim de diminuir os riscos naturais à produção (decorrentes da chuva, vento ou sol) e os custos (menores despesas com a administração e transporte dos trabalhadores).

3.2.3. O esgotamento da força física e o seu significado

Um dos mais importantes aspectos da temática geral da reprodução diz respeito às necessidades de reposição e substituição da força de trabalho.

As necessidades mínimas dos trabalhadores, tais como a alimentação, a moradia e o transporte não seriam objeto de atenção do

capital, caso os trabalhadores pudessem ser substituídos como se substituí uma máquina ou um instrumento. "Para o capital o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor. E o capital se apropria não do trabalhador, mas de seu trabalho - e não diretamente, mas por meio de troca". (... MARX, 1977.b, p. 93).

Contudo, o capital não pode ser indiferente às necessidades mínimas dos trabalhadores, porquanto estes são os portadores da força de trabalho, elemento indispensável à geração de novos valores, geração que constitui a essência do capital. "A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência; o homem, como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem. Além da soma de artigos de primeira necessidade exigidos para o seu próprio sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que hão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a raça dos trabalhadores". (MARX, 1978.b, p. 81).

O esgotamento da energia física humana é, em si mesmo, um fenômeno natural, pertencente aos domínios da biologia. Adquire, porém, dimensão sociológica, ao se inserir no processo da produção social. Em se tratando das relações capitalistas de produção, torna-se fonte potencial de contradições.

Os aspectos contraditórios do esgotamento da energia física e da sua reposição podem ser detectados nas entrevistas realizadas com os volantes.

São comuns nos depoimentos prestados as referências ao fato de "trabalhar sem condições" ou "trabalhar doente". No caso de trabalhadores mais idosos, o esgotamento das energias é relacionado com as condições de trabalho enfrentadas no passado. Regra geral, porém, as condições atuais de trabalho são consideradas, no mínimo, como agravantes desse esgotamento e comprometedoras, até, do futuro dos trabalhadores mais jovens.

A respeito do assunto, assim se expressou o trabalhador V.R., de 25 anos: "Eu vejo esse povo aí, como eles vivem, como se alimentam... E fico pensando. Se a coisa continuar assim, eles não vão viver tanto quanto o povo de antigamente. Pois, na roça, me lembro bem, era tudo diferente. Se eles passam assim, hoje, o que será deles quando tiverem a minha idade? Eles não vão aguentar".

Como disse Oliveira: "A 'lei' da mortalidade da força de trabalho (...) parece estar determinada pela predominância, no processo (produtivo), da extração de mais-valia absoluta e dos métodos que lhe são peculiares. Esse 'consumo' da força de trabalho, que não é apenas o consumo produtivo pelos meios de produção que valorizam o valor, é um desgaste, uma depredação da força de trabalho, que se reflete no padrão sanitário da população e, em última análise, na taxa de mortalidade".(OLIVEIRA, 1977, p. 151).

Entre os fatores responsáveis pela exaustão das forças físicas do trabalhador, assume o primeiro plano, nos depoimentos, o problema da alimentação deficiente.

Na perspectiva dos volantes, trata-se, em primeiro lugar, de alimentação "fraca" do ponto de vista nutritivo. O fato é comprovado por pessoas que convivem com os volantes. São palavras de um fiscal: "Tem hora que peão traz sô arroz e come quietinho. Vejo gente levar sô arroz, purinho".

Outra fonte de considerações negativas é o fato de o trabalhador ter de comer o almoço frio. Em algumas fazendas do município, há proibição terminante do uso de fogueiras para requentar a comida. A maioria não dispõe de outros meios para fazer isso, tais como fogareiros a álcool ou a querosene. Em outras circunstâncias, embora não haja limitações dessa ordem, as próprias condições de trabalho demovem o volante da intenção de esquentar a comida. Um exemplo é o que sucede durante as colheitas, quando o trabalhador come às pressas, preocupado em produzir mais. Recorde-se que, em tais casos, o ganho é sempre por produção.

As declarações de M.L., trabalhadora de 50 anos, são conclusivas, quanto a tal fato: "Não gosto de quentar comida, prã não perder tempo. Também, não faço o quilo (digestão). A gente come e começa a trabalhar devagarzinho, prã não se sentir mal. Na hora da merenda, é a mesma coisa. Muitas vezes, eu nem chego a comer a merenda. Eu como ela já no caminhão, na hora de voltar".

Outra ocorrência frequente, origem de numerosas reclamações, é a deterioração da comida, devido ao calor ambiente. Quanto tal acontece, o trabalhador, muitas vezes, deixa de comer o almoço. Outras vezes, ingere o alimento, mesmo estragado, arriscando-se a uma intoxicação.

A má alimentação, contudo, não aparece, no discurso do volante, como a única responsável pela diminuição de suas energias. A jornada de trabalho, acrescida das horas necessárias ao seu deslocamento para a roça e vice-versa, é também um dos fatores habitualmente apontados. Nesse particular, a situação das trabalhadoras que assumem, também, as tarefas domésticas, é a mais penosa.

As trabalhadoras volantes que são donas de casa levantam-se, geralmente, entre três e meia e quatro horas da manhã, a fim de preparar a comida e acordar os demais. Segundo declarou uma delas, "nem chego a dormir direito, com medo de perder o caminhão. Se eu perco a hora de acordar, ninguém trabalha nesse dia. Todos dependem de mim".

O receio de perder a condução, aliás, é responsável por uma prática verificada entre alguns volantes: se acordam antes do horário, não tornam a dormir. Vão para os locais de passagem do caminhão (os "pontos") até uma hora ou mais antes do tempo.

As condições de transporte, como fatores negativos que deprimem, cronicamente, a força de trabalho, são, às vezes, citadas nos depoimentos. Tais condições são, como na maioria das regiões onde surge o trabalho volante, precárias. No município de Tupaciguara, é comum o uso

de caminhões grandes, do tipo utilizado para o transporte de gado. Levam de sessenta e oitenta pessoas em pé. As mulheres vão na parte da frente da carroceria, separadas dos homens por uma corrente. Os trabalhadores ficam completamente expostos às intempéries, pois os veículos não usam lona.

Essas condições de transporte são consideradas fatores que influem, se não diretamente, pelo menos indiretamente sobre a saúde dos bóias-frias.

Um receio muito comum, manifestado por eles, é o de acidentes na viagem. Há referências a acidentes fatais acontecidos na região. Um depoente revelou que, certa vez, saltou fora do veículo, receoso de uma capotagem. Embora o acidente com o veículo não tenha se consumado, o trabalhador feriu-se.

A relevância das condições que deprimem a força de trabalho é estabelecida em comparação com as condições vigentes no passado - em se tratando de trabalhadores mais idosos. A própria "volta à roça", aspiração da maioria, é condicionada por uma imagem do passado à qual se associam a "fartura" de alimentos, que hoje não existiria mais, e condições humanizadas de trabalho. "Isso acaba com a saúde da gente e sofremos demais. Agora é o recurso que está tendo. Se houvesse outro jeito, mais tranquilo, achava melhor. Na roça, não, a coisa era diferente. Não precisava forçar o corpo. Quando era hora de almoço, a gente estava perto de casa. Ou, se estava longe, mandavam a comida quente. Não era obrigado a comer comida fria como acontece hoje".

A exaustão crônica das forças físicas do trabalhador é al vo, também, das considerações dos agentes do capital. Em tais casos, o problema é visto em suas relações com a "produção", com a "produtividade" ou com os "custos" do empreendimento agrário.

O fazendeiro entrevistado fez referências explícitas ao problema, nos seguintes termos: "O povo está doente. Eu tenho lá uma ba se de oitenta, cem pessoas, por dia, para colher o algodão. É só vendo aqueles coitadinhos. É de fazer dó. Precisa ver a comida que eles comem. Estão morrendo à míngua. (...) Eles não vão aguentar trabalhar. Eles começam às sete horas. Param aí uma hora para o almoço. Mas, a comida de les é muito fraca. O serviço que eles levam uma semana para fazer hoje, os companheiros, naquela época (refere-se ao tempo em que cedia terras aos parceiros), faziam num dia. Quer dizer que a produção caiu. Eles não tem ânimo para trabalhar. (...) A gente vai lá qualquer hora e vê eles deitados na sombra, parados porque não aguentam mais trabalhar".^{4/}

Esse mesmo fazendeiro declarou ser impossível melhorar as condições de alimentação dos volantes e assim se justificou: "A mão-de-obra está cada vez mais cara e os equipamentos, também. Não tenho condições de alimentar os meus trabalhadores".

^{4/} Comparando a "produtividade" de parceiros e trabalhadores assalariados, Loureiro chega à conclusão, com base nos depoimentos de fazendeiros, administradores e técnicos governamentais, que os primeiros são mais produtivos que os segundos. A explicação, segundo essa autora, estaria no maior interesse dos parceiros pela produção, uma vez que sua remuneração depende do volume dela. (LOUREIRO, 1977, p. 71 a 86). Sem descartar tal hipótese, é válido levantar aqui uma outra: a produtividade do assalariado é menor devido ao desgaste da força de trabalho.

Um "gerente" de turma assim interpretou o problema: "O custo de vida vai aumentando desse jeito e o fazendeiro tem d^o de tratar de peão. Porque o peão reclama. Se fica dois dias sem carne, vai reclamar ao fazendeiro. Agora, o b^oia-fria come do jeito que quiser; se quiser carne, come; se não quiser, não come. Eu já vi at^e fazendeiro dizer que esse neg^ocio de b^oia-fria foi at^e bom, pois se não fosse o b^oia-fria não poderia tratar de peão"^{5/}.

A natureza das contradições inerentes ao mundo do trabalhador rural volante s^o podem ser entendidas a partir das condições concretas em que este se insere e da sua desorganização diante da ação do capital.

Do ângulo do capital, a utilização de uma força de trabalho deprimida e individualmente menos produtiva ^e compensada pela extensão dos contingentes de trabalhadores dispon^íveis. Se a natureza da produção o permite, o fator de maior disponibilidade, a mão-de-obra, ^e explorado at^e o limite poss^ível.

Desorganizados, os trabalhadores não chegam a desenvolver soluções extra-individuais para os problemas que enfrentam. Um exemplo se relaciona com as questões de saúde. Imersos numa trama de relações pessoais, os volantes não rejeitam nem criticam os aspectos institucionais da assistência médica. São numerosas as referências à bondade dos patrões, divididos entre os que "dão ficha" e os que "não dão ficha" (referem-se à ficha de atendimento médico pelo FUNRURAL), distinção que pesa

^{5/} "Peão", nesse depoimento, ^e o trabalhador permanente, que reside na propriedade e recebe comida.

na escolha, quando possível, dos empregadores com os quais vão trabalhar. São comuns, também, as referências positivas ou negativas a este ou aquele médico, considerados responsáveis pela assistência ao trabalha-
dor.

No que diz respeito à alimentação deficiente, os volantes vinculam o problema ao alto custo de vida na cidade. Alguns até isentam os patrões de qualquer responsabilidade pela sua alimentação. Constitui um caso isolado o de um depoente que manifestou a idéia da instalação de uma cantina nas fazendas, como acontecia em alguns estabelecimentos rurais do município, anos atrás.

A rejeição da idéia de ser trabalhador "cativo", ou seja, com direito a comida fornecida pelo patrão, é quase geral e a explicação está em que um ganho monetário menor (30% a menos nas diárias, como é praxe no município) seria prejudicial ao atendimento das necessidades da família.

3.3. O trabalhador volante e a sociedade

A perspectiva sociológica adotada neste trabalho considera a sociedade como o produto não das relações interindividuais, mas das relações entre categorias geradas a partir da produção econômica.

Reproduzindo-se como trabalhadores, no processo produtivo, os volantes se reproduzem, também, como categoria social determinada. É esta reprodução "social" que se pretende examinar neste capítulo.

Antes de tudo, deve ser enfatizado que as formas assumidas pela produção econômica, numa sociedade, são totalidades históricas abertas, em contínua reformulação. O mesmo deve ser dito das formas sociais que as acompanham.

Assim sendo, a identificação dos volantes como "proletários rurais" apresenta-se ao investigador antes sob a condição de problema, suscetível de tratamento teórico e empírico, do que de certeza indiscutível.

Da mesma maneira como não se pode entender a posição dos volantes a partir do modelo da "estratificação social", também não será possível chegar a esse entendimento através de uma noção rígida e mecânica das "classes sociais".

"Situar" os volantes na sociedade significa compreender não só seu lugar na divisão-do-trabalho, em confronto com outras categorias sociais, mas também suas manifestações de consciência, os elementos "subjetivos" através dos quais eles avaliam sua própria posição no contexto social.

3.3.1. Classe e consciência de classe

São conhecidas as dificuldades que se apresentam ao investigador em se utilizar de um conceito ao mesmo tempo estrutural e dinâmico de classe social. Na própria obra de Marx, o conceito nunca chegou a merecer um tratamento sistemático e unívoco. Porém, tomando como base alguns autores que desenvolveram esforços nesse sentido, pode-se

estabelecer os elementos fundamentais que permitem o entendimento teórico e empírico do problema das classes sociais.

Em primeiro lugar, as classes sociais são categorias históricas e transitórias. Elas "não são imutáveis no tempo: formam-se, desenvolvem-se, modificam-se, na medida em que se vai transformando a sociedade". (STAVENHAGEN, 1973, p. 149).

Em segundo lugar, as classes sociais se definem a partir da base econômica da sociedade, ou mais especificamente, a partir da vinculação dos homens com os meios de produção.

Integrando-se esses dois elementos, o histórico e o econômico, o investigador pode reconstruir o processo pelo qual se formam e se modificam as classes sociais.

Ao produzir sua vida material, os homens se relacionam, necessariamente, e suas relações adquirem contornos específicos a cada época histórica. No processo real da produção, que é coletivo em sua essência, os indivíduos tendem a se agrupar em setores sociais distintos. A localização dos indivíduos nesses setores sociais se faz com base num critério presente na própria realidade: a propriedade dos meios de produção. No processo de produção capitalista, tendem a definir-se dois setores ou classes sociais fundamentais: de um lado, os proprietários dos meios de produção (os capitalistas) e, de outro, os não-proprietários desses meios, os vendedores da força de trabalho (os proletários). Como as relações entre estas duas classes são relações de exploração, apropriando-se uma classe dos resultados do trabalho da outra, há entre elas

oposição, antagonismo. Esse antagonismo pode permanecer apenas latente ("classe em si") ou manifestar-se, concretamente, sob a forma de luta de classes ("classe para si"). Um elemento importante nesta passagem de uma situação para outra é a consciência de classe. (STAVENHAGEN, op.cit., p.146/154 e HIRANO, 1975, p.107/108).

Para ter validade sociológica, um esquema assim tão simplificado precisa ser cotejado com a realidade histórica que preside à formação e desenvolvimento das sociedades.

Como foi explicitado no início deste trabalho, a formação de um proletariado rural no Brasil é um processo contraditório, ao qual não se pode, a priori, atribuir uma direção determinada. Se, por suas relações com os meios de produção, os volantes se enquadram como segmentos do proletariado rural em formação, como devem ser caracterizadas, cientificamente, suas manifestações de consciência?

A posição no processo de produção material é apenas um dos ângulos sob os quais se deve dar a análise das classes sociais. É o ângulo "objetivo" da questão.

"A teoria de classe, de Marx, (...) enfatiza a relação econômica entre o modo e as relações de produção e a compenetração subjetiva pelo trabalhador de sua liberdade, suas semelhanças com outros trabalhadores e a autoridade e poder de uma classe dominante. É a conjunção desses dois componentes, o objetivo e o subjetivo, que cria a consciência de classe. (...) A consciência de classe provem da compenetração dos objetivos comuns de uma classe contra outra classe". (SWINGWOOD, 1978, p. 136).

De acordo com Lukács, o grande teórico da consciência de classe, esta não é a consciência psicológica dos proletários, sejam estes considerados individualmente ou em seu conjunto. Não é a consciência de que se pertence a esta ou aquela classe, mas "o sentido, tornado consciente, da situação histórica de classe" (LUKÁCS, 1973, p.50) Em sua forma mais pura, a consciência de classe, a qual favorece a participação coerente de uma classe no processo histórico, como sujeito e não como objeto desse processo, é o resultado e, ao mesmo tempo, um elemento ativo das lutas e antagonismos de classe. Só uma classe em luta pelo poder político da sociedade desenvolve integralmente uma consciência de classe, nesse sentido.

A consideração do problema da consciência de classe em contextos sociais e históricos que inibem, concretamente, a participação de determinados grupos nas lutas políticas e econômicas, deve ser precedida por uma série de cautelas. É que em tais contextos a consciência de classe sofre inúmeras mediações, que refletem os interesses dos grupos dominantes na sociedade.

"Qualquer estudo da consciência de classe deve, realmente, começar da compenetração do papel que uma ideologia da classe dominante exerce sobre os estratos subordinados, uma falha implícita nos métodos monográficos empregados por muitos sociólogos. O todo é obscurecido pelas partes: as contradições que caracterizam a consciência da classe trabalhadora, os resultados das determinações complexas da estrutura de classes, são explicáveis somente quando se relacionam com a estrutura objetiva da exploração, alinação e ideologia capitalistas."

(SWINGWOOD, 1978, p. 158).

A análise da consciência "empírica" dos trabalhadores volantes, sem dúvida, revela a existência de limitações históricas e contradições. Limitações históricas no sentido de que são uma "práxis" (= ação e reflexão) hoje negada tanto aos volantes como a outros segmentos da sociedade poderia desenvolver neles uma consciência do tipo lukacsiano. Não se pode esquecer que a consciência dos volantes é construída a partir da vivência cotidiana, de uma vivência muito marcada pelas necessidades econômicas imediatas. Apesar disso, uma consciência muito rica de contradições: nela há tanto elementos que "confirmam" a reprodução capitalista, como elementos que "negam" essa reprodução.

3.3.2. O volante e suas relações sociais

A preocupação fundamental, nesta parte do trabalho, não é construir um "modelo" das relações sociais dos volantes e da sua consciência manifesta. Trata-se, antes, de mostrar os aspectos contraditórios dessas relações e como tais aspectos se refletem na consciência.

O procedimento seguido é o seguinte: são destacados os elementos mais ou menos repetitivos nas declarações dos informantes, bem como os elementos singulares, porém significativos em termos da interpretação da situação dos volantes.

19) As relações do trabalhador volante com o resto da sociedade podem ser esquematizadas como na Figura 1, abstraídos da realidade os elementos essenciais do ponto de vista assumido neste trabalho.

Figura 1. As relações do trabalhador volante

O "universo" social dos trabalhadores volantes tende a se definir, objetiva e subjetivamente, em torno desses elementos.

Como os volantes se definem quanto à sua posição nesse universo social? Os dois critérios genéricos que permitem entender a definição da situação dos volantes são a identificação e a diferenciação. Em seus depoimentos, os volantes se identificam com um grupo mais ou menos amplo e diferenciam esse grupo de outros. Os critérios específicos de identificação e diferenciação, contudo, variam e aparecem superpostos em muitos casos.

(a) A distinção entre "pobres" e "ricos" é muito comum nos depoimentos. O trabalhador volante se identifica com um segmento ou "classe pobre" da sociedade, que inclui uma variedade muito grande de pessoas localizadas tanto no campo quanto na cidade. O "pobre" é visto como um não possuidor de bens, em oposição ao "rico", que é o possuidor de bens. Possuir bens, não significa apenas ser proprietário de meios de produção, como terras ou fábricas, ou de coisas inacessíveis ao volante, como automóveis. Um dos informantes declarou, por exemplo, que "rico", para ele, é a pessoa que "tem o que comer e o que vestir". E aduziu: "Muita gente está trabalhando de empregado, mas, comparando com a minha situação, eles estão ricos, pois podem comer à vontade, podem comprar roupas e calçados".

Essa distinção entre pobres e ricos corresponde a uma visão hierarquizada da sociedade: os ricos são aqueles que estão "por cima" e os pobres os que estão "por baixo". Essa visão corresponde, de fato, aos padrões de dominação vigentes na sociedade, de acordo com os

quais os ricos são os únicos que "podem" ou que "fazem", tendo os pobres que se ajustar a esse estado de coisas. Daí, as inúmeras referências ao estado de impotência dos pobres, em geral, e dos bôias-frias em particular. Estes últimos são vistos como a "classe mais desvalorizada que existe", "impedida de progredir" ou que "esteve sempre por baixo".

Esta visão estratificada da sociedade coexiste, em depoimentos isolados, com a percepção da unidade contraditória entre a riqueza e a pobreza. É significativo, a esse respeito, o depoimento de um trabalhador, com base na sua experiência passada de lavrador (parceiro): "Plantar, a gente plantava. Fazia roça, mas tinha de repartir com o patrão. E fazendeiro nunca que ajudava um pobre. É igual hoje, eles tem e a gente não tem nada. (...) O culpado dessa situação, não sei. Acho que é a gente, mesmo, que é ignorante. Nós ajudamos os fazendeiros a ficar ricos. Nós pusemos eles no puleiro, enquanto fomos ficando pra trás. Isso começou muito tempo atrás. Os fazendeiros foram juntando terra, alguns até tomaram terras que não eram de ninguém. E os pobres ficaram pra trás".

(b) Outra distinção comum, feita pelos volantes, relaciona-se com a oposição cidade/campo.

"Eu moro na cidade, mas não gosto".

"Não sou homem da cidade, sou homem do campo".

"Adoro a roça".

Afirmações como essas, repetidas nos depoimentos, sugerem uma orientação peculiar ao homem rural, que, assim, se definiria

"afetivamente" pelo campo, rejeitando a cidade. Entretanto, por trás dessa orientação superficial, é preciso visualizar os fundamentos da oposição rural/urbano, os quais se situam, sem dúvida, no plano econômico.

Para o trabalhador volante, na realidade, a contradição campo/cidade é a distinção histórica entre o produtor quase auto-suficiente (o passado) e o consumidor desvalorizado (o presente).

Em seu estudo sobre a "consciência de classe" dos camponeses chilenos, Lehmann e Zemelman observam que: "Las comparaciones que hacen os campesinos entre ellos mismos y los obreros de la ciudad, tienden a centrar-se o bien sobre la diferente relación que tiene cada uno con los procesos de producción, porque el campesino puede producir para su propio consumo, mientras el obrero tiene que comprar todo, o bien con la diferencia entre niveles y estilos de vida". (LEHMANN e ZEMELMAN, 1972, p. 86).

Transformadas as relações de produção, o antigo "camponês", agora transformado num assalariado, recria aquela oposição básica. Para um autor como José de Souza Martins, tal oposição confunde-se, em parte, com a própria contradição entre a riqueza e a pobreza.

"É que no campo o povo distingue pobreza da miséria, pois lá o pobre pode não ter nada, mas tem fartura - tem terra pra plantar arroz, feijão. Por isso, o favelado da cidade não seria o pobre do campo, porque ele tem luxo - televisão, liquidificador - mas não o que comer". (MARTINS, entrevista concedida ao Folhetim, edição de 13/4/1980, p. 5).

Referências à antiga situação, na "roça" são numerosas nos depoimentos dos volantes.

"Voltar pra roça seria muito melhor, nem tinha comparação. Eu mesmo, com essa idade, queria arrumar um canto na roça, pra engordar um porco, criar uma galinha, tocar uma roça pra mim". (Trabalhador, 65 anos).

"O bom seria voltar aquele tempo de fartura, de muita terra. Por que o pobre não tem o mesmo direito de antigamente? Acabou a liberdade do pobre plantar o que quisesse, na terra livre. A vida era mais descansada". (outro trabalhador).

Uma trabalhadora, comparando cidade e campo, observou que "morar na cidade é o mesmo que morar em cima de uma lage. Não se pode plantar nada. Tudo o que a gente precisa tem que ter dinheiro pra comprar".

A perda da condição de produtor auto-suficiente, em alguns casos, é dramatizada pelos depoentes. Como este trabalhador: "Naquele tempo, era fácil tocar uma roça de arroz, milho, feijão. Então, chegava no fim, se o tempo ajudava, colhia bastante, acertava com o patrão e ainda sobrava bastante para um ano ou mais. Agora, hoje, é trabalhar muito pra poder comer hoje, mesmo, ou amanhã".

Sintetizando, a cidade é vista, pelo volante, fundamentalmente, como representante de uma situação nova - a de consumidor sem recursos num mercado cada vez mais desfavorável. Esta situação é valorizada negativamente por ele. Secundariamente, ele cita alguns aspectos

positivos da cidade, tais como os serviços que, teoricamente, esta coloca à sua disposição: hospital, escola, farmácia, etc. Outro aspecto que pode ser considerado positivo é a possibilidade, concretizada ou não, de adquirir casa própria, ainda que precária. Assim mesmo, as valorizações positivas são mais frequentes naqueles que lograram uma adequação pessoal maior à nova situação.

Em um único caso investigado, verificou-se a valorização positiva do conjunto da nova situação. É o caso de um trabalhador que define a si mesmo como bôia-fria, embora se coloque numa situação especial. É um trabalhador que se especializou na tarefa de lenhador e é proprietário de uma motosserra. Sua remuneração, por isso, é maior que a da média dos demais volantes. "Acho bem melhor aqui na cidade - disse ele. Naquele tempo, na roça, a gente plantava e não sobrava nada. Às vezes, até precisava tomar emprestado pra poder comprar roupa e remédio. Agora, aqui na cidade o dinheiro aparece mais. Não sô se ganha mais dinheiro, mas tem onde gastar. A comida está cara, mas a gente ganha pra poder comprar ela e outras coisas".

(c) Os complexos mecanismos de dominação social e política sob os quais vivem os trabalhadores volantes explicam a forma contraditória como eles se definem com relação ao governo.

A imagem que se configura, a partir da análise dos depoimentos, é a do governo como uma entidade distante e todo-poderosa.

O governo, basicamente, é identificado como o governo federal, confundindo-se, muito frequentemente, com a pessoa do próprio

presidente da república. Trata-se de uma entidade distante, no sentido de que os volantes não descobrem nenhuma ligação direta entre eles mesmos, como cidadãos, e aqueles que fazem as leis e/ou determinam o seu cumprimento. É, ao mesmo tempo, uma entidade poderosa, que, no seu entender, toma decisões que os cidadãos comuns não podem tomar.

A partir dessa imagem comum, definem-se duas orientações aparentemente contraditórias. Alguns consideram que a ação do governo atinge-os indiretamente e é uma ação negativa. A base factual para se entender esta posição é a referência, constantemente repetida, à introdução da legislação trabalhista no campo. Conforme foi visto em capítulo anterior, a legislação é tida como causa direta dos males atuais.

"Tudo trem aforçado - declarou um trabalhador - faz as coisas zangar pra nós. Essa lei do governo, esse negócio de indenização, não deixa mais o patrão dar terra pra plantar. Nós mesmos é que fomos prejudicados".

Outro trabalhador asseverou que "o culpado é mesmo o governo, que pôs dificuldades em cima dos fazendeiros e os fazendeiros em cima de nós", isentando, assim, aparentemente, os patrões de qualquer responsabilidade no processo de transição.

Essa "culpa" do governo, aliás, aparece em numerosos depoimentos. Já se fez referência ao fato de isso funcionar como mecanismo ideológico de justificação dos proprietários rurais.

A exclusividade do governo com relação aos efeitos da legislação trabalhista foi, contudo, rejeitada por dois informantes. Um

deles afirmou que os fazendeiros já faziam aquilo que se atribui à lei - a expulsão dos trabalhadores das terras - muito antes da lei propriamente dita. E acrescentou: "Não espero que o governo ou os fazendeiros façam alguma coisa por nós, pois nenhum deles tem interesse".

A imagem da ação negativa do governo coexiste com outra, não necessariamente oposta. É a imagem de "alguém" ou entidade que "pode" ou "poderia" resolver os problemas dos bôias-frias.

"O governo pode resolver a nossa situação, se ele quiser".

"O clamor do pobre deveria chegar ao governo".

"O governo pode, se quiser, arrumar outros tipos de serviço pra nós".

A atribuição a outros setores sociais da solução para os seus problemas reproduz uma situação de alienação política típica da dominação vigente. Mais do que a intervenção de fatores ideológicos, espelhando os interesses dos setores dominantes, é a falta de canais coletivos de ação que permitam ao bôia-fria redefinir-se concretamente com respeito à sua posição na sociedade, saindo da sua "impotência".

29) As contradições existentes na consciência dos volantes devem ser vistas como o reflexo, dinâmico, das contradições existentes nas suas relações sociais concretas, vivas. Mesmo o passado desses trabalhadores deve ser visto em seus vínculos com a situação presente - uma situação que se apresenta flúida, em processo, jamais fechada, acabada.

"A contradição, diz Hegel, é a raiz de todo movimento e vitalidade; é somente na medida em que uma coisa tem uma contradição dentro de si que ela se move, tem impulso e atividade". (Citado por SWINGWOOD, 1978, p. 29).

A consciência dos trabalhadores volantes é contraditória, na medida em que estão presentes nela tanto elementos "afirmadores" da reprodução capitalista (que indicam o grau de conformismo dos trabalhadores com respeito à situação atual), quanto elementos "negadores" dessa reprodução (que espelham o inconformismo e, em certos casos, a busca de uma superação da situação atual). Tais aspectos contraditórios, existentes mesmo na consciência do mesmo trabalhador individual, precisam ser explicados pela referência aos fatores concretos, objetivos, das relações capitalistas de produção.

(a) Um desses elementos afirmadores ou reforçadores da reprodução é a crença, manifesta em alguns depoimentos, na "bondade" dos patrões e seus prepostos (fazendeiros, gatos, fiscais, etc.).

Essa crença não se apresenta de maneira homogênea nos vários casos investigados. A definição do que seja um patrão "bom" é dada por um dos depoentes em termos da predominância de relações paternalísticas.

"Eu trabalho pra um homem bom. Faz anos que trabalho pra ele. Às vezes, eu largo dele e trabalho para o T., mas os dois são bons e eu não tenho o que reclamar. (...) Eles parecem que até tem dó de mim, vendo meu sofrimento. Se eu preciso de uma ficha pra tratar, de dinheiro

ou papel pra aposentadoria, eles ajudam. Se um trabalhador fica doente, eles pegam e levam pra tratar. Eles são barateiros (pagam pouco), mas não deixam um pobre morrer à míngua por falta de recursos".

A referência à generosidade patronal poderia ser interpretada como sobrevivência de padrões tradicionais, inerentes a uma concepção "comunitária" da realidade, mas certamente essa interpretação não é suficiente, pois não expõe a essência das relações econômicas e sócio-culturais no meio rural. De acordo com Dias, uma interpretação desse tipo "não prescinde do estudo das origens do conflito social que se localizam nas oposições de classe que caracterizam a sociedade brasileira". De acordo com esse autor, devemos considerar "as relações paternalísticas como uma forma através da qual classes sociais superiores se organizam com o fim de obter e manter o seu monopólio ou quase-monopólio sobre recursos estratégicos para toda a sociedade". Por outro lado, considera ainda tais relações como "mecanismos eficientes de impedir a estruturação e a organização dos grupos clientes em grupos auto-orientados".(DIAS, 1978, p.162/163).

Ao se examinar a consciência "empírica" dos volantes, é necessário ter em vista, sempre, um fato essencial. Os volantes sentem individualmente e como grupo, que perderam alguma coisa com as transformações econômicas. Inseridos numa situação de carência generalizada e sem os meios institucionais para a defesa de seus direitos elementares, valem-se dos laços pessoais como recursos pragmáticos para um ajustamento mínimo à nova situação. Assim sendo, o "bom" fazendeiro, assim como o "gato" ou fiscal "amigo", servem de meio ou canal de aproximação com

os recursos citadinos ou mesmo de resolução de dificuldades urgentes. Por outro lado, a manipulação, pelos empregadores e seus prepostos, dessas relações de amizade mascara o interesse no controle da mão-de-obra disponível.

Os depoimentos do fazendeiro e dos "gatos" entrevistados deixam claro que o paternalismo é, no mínimo, uma relação seletiva, na medida em que contempla os elementos mais bem ajustados, em termos de disciplina pessoal e no trabalho, ao processo produtivo. "Pra o V., não adianta dinheiro - diz um dos intermediários de mão-de-obra - pois ele vai gastar com pinga e é bem capaz de não ir trabalhar amanhã. Pra o M., sim, eu empresto. Não falta no trabalho. A família inteira é de pegar no pesado. Eu emprego todos eles".

Essa seletividade não passa despercebida aos trabalhadores. Vários informantes confirmaram que o fazendeiro acima citado realmente ajuda seus empregados. Mas, há restrições, como disse um deles: "Ele ajuda a gente. Mas, ele ajuda sô quando se está trabalhando pra ele. Se não estiver trabalhando pra ele, nem adianta procurar. E ele ajuda mais o pessoal que trabalha pra ele há anos, que conhece, como o F., que ele ajudou a construir uma casa na cidade".

(b) Mais importante que a crença na generosidade de alguns patrões é a consciência demonstrada, ainda que não muito desenvolvida, da exploração de que são vítimas, por parte dos "maus" empregadores. Essa exploração surge como uma constatação não genérica, mas embasada em dados da experiência pessoal e em comparações entre fatos

ocorridos na vida diária.

Eis alguns trechos, significativos, da entrevista realizada com o trabalhador V.A.

"Eu não posso afirmar isso, mas acho que os gatos ganham dinheiro em cima de nós. Por que tem gato que paga 120 ou 130 e outros que só pagam 80 cruzeiros? Eles contratam com o fazendeiro um preço, mas pagam outro pro trabalhador. Eu mesmo já trabalhei pra um gato que tratou um preço e, na hora de acertar, me pagou menos cinco cruzeiros por dia".

"O bôia-fria pode se tratar, mas depende do fazendeiro. E são poucos os fazendeiros que dão ficha pra procurar o FUNRURAL. Aqui, tem alguns que estão dando ficha de Monte Alegre e eles sabem que a gente não tem condições de ir se tratar lá".

"A parte média dos pobres sempre enxerga mais as coisas que os fazendeiros. Muitas vezes, é Deus quem ajuda, como aconteceu lá em Itumbiara (Estado de Goiás). Tinha fazendeiro que tinha 30 ou 40 alqueires de milho (146 ou 195 hectares, aproximadamente). Se o vento não derrubasse esse milho, pra dar trabalho braçal ao povo, como é que o povo ia fazer?^{6/} Hoje, já não tem mais toco pra arrancar, não tem mais serviço de enxada ou de plantar arroz. Passou a revoadada de milho ou de

^{6/} No município citado, a colheita do milho é feita mecanicamente. A única possibilidade de trabalho manual, realizado por bôias-frias, surge quando o vento ou chuva derrubam os pés de milho.

algodão, o povo fica sem serviço. Mas, algodão, por exemplo, tem ano que eles plantam, tem ano que não plantam. E o serviço braçal vai fracassando cada vez mais".

O último trecho desse depoimento deixa claro que, para o volante, a exploração assume variadas facetas. Não se trata, apenas, dos baixos salários recebidos ou das dificuldades em obter assistência médica. Também, a instabilidade do trabalho é sentida como resultado de decisões tomadas pelos agentes do capital.

A exploração, pondo a nu a situação do trabalhador sob o jugo do capital, é sentida mais agudamente quando o volante foi vítima de arbitrariedades cometidas pelos fazendeiros ou seus agentes.

As situações de violência, narradas nos depoimentos, são referidas tanto à situação de trabalho, imediata, quanto à situação fora do trabalho. Uma trabalhadora, M.O., revelou um fato acontecido num município da região. É praxe nesse município a aplicação de inseticidas, com aviões, quando os trabalhadores ainda estão no campo, realizando suas tarefas. Essa praxe, segundo a depoente, tem sido causa de inúmeras intoxicações de bôias-frias. Inclusive, seu marido teria morrido de vido aos efeitos posteriores da aspiração de inseticidas.

Essa mesma trabalhadora foi testemunha da violência pessoal cometida por outro fazendeiro. "A gente havia tratado um serviço de panha de algodão. Eu, meu filho mais velho e minhas duas noras. O serviço era difícil por causa do terreno. Tinha chovido e tivemos de esperar até às duas horas da tarde, pro algodão secar. A gente não

aguentava mais e resolvemos, por isso, ir embora. O dono da fazenda apareceu e tirou o revólver pra gente, disse que nós tinha de trabalhar. Ainda acusou meu filho de estar chefiando os outros pra não trabalhar. Quase atirou nele. Fomos pra cidade a pé, pois o fazendeiro negou o caminhão pra gente".

(c) Não foi detectada nas entrevistas a presença de uma "ideologia do trabalho", que funcione não só como fator de intensificação do ritmo de trabalho presente, mas principalmente de ajustamento individual a um projeto de vida futura. A situação existencial dos trabalhadores volantes não lhes permite, como já foi visto, relacionar seu trabalho concreto com um futuro mais promissor. A própria aspiração pela terra, que será examinada em seguida, não funciona como instrumento da "motivação" para um trabalho mais intenso, na medida em que essa aspiração não é vista como algo concretizável.

Há, contudo, nos depoimentos dos volantes, referências es parsas ao "valor" do trabalho, refletindo certos modos de ajustamento do trabalhador à situação de trabalho e existencial. Essa valorização é, por exemplo, explícita nos elementos que logram uma certa continuidade de emprego, contraposta a uma situação visível de instabilidade de outros elementos.

A instabilidade é considerada por um dos informantes como fruto das qualidades pessoais de certos indivíduos. "Esse problema de b õia-fria não foi criado aqui. Ele veio de fora. A miséria começou quando o povo começou a mudar pra cidade. Serviço tem demais, mas alguns não

querem trabalhar. (...) De quatro, não tem três no serviço. São uns vagabundos. O governo devia decretar que todos trabalhassem, pois se alguns não trabalham, a miséria aumenta". Outro entrevistado assim se referiu ao mesmo problema: "Eu não acho que falte emprego para o bôia-fria, não. O A., por exemplo, disse que está precisando de cem homens. Mas, ele não arranja. Por que ele não arranja? A maioria dos malandros não vai, não. Eles ficam por aí dizendo que falta emprego. O A., desses cem, só vai arranjar uns trinta homens bons. Se faltasse emprego, o caminhão ia cheio".

Tais declarações, porém, representam exceções. A maioria dos informantes refere-se ao trabalho volante como decorrência das "necessidades", suas e da família. Tal tipo de trabalho é considerado resultado da situação em que se acham colocados, contra sua vontade. A instabilidade de emprego é tida como consequência da situação do mercado de trabalho e não de fatores pessoais.

39) Um dos elementos mais importantes das manifestações de consciência dos volantes, pela relevância que adquire na redefinição de vida desses trabalhadores, vista sob a perspectiva sociológica, é a aspiração pela terra.

Dos vinte e seis entrevistados, dezoito consideram a volta à roça como solução alternativa à situação atual. Embora não seja tido como a única solução, o acesso à terra é visto como a "melhor" entre as soluções possíveis, uma vez que significa, para o volante, o fim de alguns dos seus problemas mais graves.

"A solução é voltar prã roça" - diz uma trabalhadora. "Se a gente pudesse voltar, diminuia esse trabalho penoso. Também, a gente não precisava mais comprar os trens pelo preço que tem que pagar, hoje, na cidade".

"Hoje, a gente vive subjugado" - afirmou um trabalhador. "Trabalhando na terra, fazendo roça, o homem é mais livre, pode fazer o que quiser. Não é como na cidade; aqui, sinto como alguém na cadeia, sem liberdade".

A situação atual, vista como muito desfavorável, comparada com o passado de "fartura", é que torna esse passado um ideal, no qual a terra, se não como propriedade mais ao menos como posse, é um elemento central.

Ao lado da aspiração pela terra, as outras soluções possíveis são secundárias e aparecem, nos depoimentos, como resultado das pressões das necessidades imediatas da vida cotidiana. "Se não é possível a gente voltar pra roça, então que baixe o preço dos trem". "A solução, mesmo, é voltar aquele tempo em que o povo tocava roça por conta. Ou, então, arrumar um emprego fixo pra nós".

Alguns informantes admitem que, em se tratando deles mesmos, como indivíduos, não teriam condições de voltar a fazer lavoura, mas preconizam o acesso à terra como solução geral. "O pobre não pode pegar um pedaço de terra na beira do rio, pra fazer roça, criar animais. Pra mim, não modifica muito, pois não estou mais na idade de tocar roça. Mas, essa situação prejudica a humanidade, que quer fazer lavoura e não

pode". (trabalhador, 65 anos de idade).

O acesso à terra, sem dúvida, é sentido pelo próprio trabalhador como um ideal de difícil concretização, nas condições atuais. Porém, essa idealização da posse da terra é, aparentemente, reforçada pela convivência diária, em que se afigura a impossibilidade de outras soluções, como o trabalho assalariado fixo no campo ou na cidade, maiores salários ou maior controle sobre os preços dos gêneros alimentícios etc.

"Se aparecesse uma indústria pra colocar a família, um serviço maneiro pra mim, que já estou velho, eu achava bom. Mas, as indústrias não vem aqui pro município. Já quiseram instalar, mas os políticos não deixaram".

"Trabalho fixo, não adianta. Veja essas firmas aí que registram os peões em carteira. Eles registram, sim, mas é a mesma coisa que não registrar. Com seis meses, eles mandam embora, põe outros, pra não criar direito, não fazer tempo de casa".

"A cidade não é boa pra nós. O que a gente vai fazer aqui? Eu sou analfabeto e meus filhos pouco mais que isso. Eles fizeram MOBIL, mas na hora de arrumar emprego, não serve, eles não são suficientes na escrita".

Essas dificuldades de resolução dos seus problemas, a partir da manipulação de recursos que poderiam ser oferecidos pelo seu meio econômico-social, ao mesmo tempo que, presumivelmente, reforça a aspiração dos mais idosos pela posse da terra, cria também condições para

reprodução dessa aspiração nos mais jovens e mesmo naqueles que nunca tiveram contato com as antigas condições de trabalho como "agregado".

"Voltar pra roça, acho que resolvia todos os problemas. Até meus filhos, que nasceram aqui na cidade, ficam entusiasmados sempre que eu falo no assunto. Principalmente, se conseguir uma terrinha onde eles possam criar gado deles mesmo".

Um trabalhador de 25 anos, que confessou que era muito pequeno ao tempo em que o pai fazia lavouras por conta, referiu-se ao problema da terra nos seguintes termos: "A terra cria união. Aquele tempo não era como hoje, pois todos se ajudavam. Existia o mutirão, por exemplo. A vida era mais feliz, pois não tinha isso de um tirar do outro, todos produziam, e não como esses comerciantes, que vivem lucrando em cima da gente. Por isso, eu sempre digo que, se houvesse condição, eu largava da cidade e ia tocar roça, como o meu pai".

A aspiração pela terra, assim idealizada, é geral. A "volta à roça", entretanto, não é uma meta incondicional. A própria "agregação" nas fazendas ou a posse, pura e simples, da terra é vista, por alguns depoentes, de uma perspectiva crítica e realista. A impossibilidade de possuir a terra não é, para esses informantes, decorrência da "recusa" do fazendeiro em ceder a terra, mas também decorrência da "recusa" deles, trabalhadores, em se submeterem a condições extremamente desfavoráveis de trabalho.

Um dos volantes disse que oportunidades de voltar a tocar lavoura não lhe tem faltado, mas as condições propostas pelos fazendeiros

não compensam o trabalhador. "Os patrões não dão mais auxílio". Ou seja, o parceiro não tem recursos para enfrentar, com vantagens, as despesas com sementes, ferramentas e outros itens necessários ao empreendimento. A esse respeito, um pequeno arrendatário, que ocasionalmente também trabalha como volante, observou: "Hoje, sã as empresas podem tocar plantação. Uma coisa que acho que o governo devia tomar conhecimento é isso que o banco faz. O pobre pede financiamento. Compra instrumentos pra trabalhar. Não pode guardar a colheita, para esperar melhor preço. O banco cobra, tem de vender pra pagar as dívidas. As empresas, essas tem condições de pôr no armazém, esperar os preços subirem".

Um dos depoimentos ilustra, contudo, com mais clareza, a impossibilidade da volta à roça em condições que beneficiam muito mais o capital, em suas necessidades reprodutivas, que os interesses do trabalhador.

"Quem for pra roça, hoje, já vai devendo. Quando o pobre vai pra roça, hoje, precisa levar um monte de carne, arroz, feijão, óleo. E precisa também comprar as ferramentas. Inclusive, eu recebi convite outro dia pra tocar uma roça. Antes de mudar pra lá, o fazendeiro era uma coisa. Chegou aqui e disse que era uma roça muito boa e coisa e tal. Eu devia na venda e por isso cerquei o bicho. Eu disse: 'com quinze dias, eu tenho de vir pra cá, pagar os trezentos cruzeiros que devo'. Ele falou que não precisava, enfiou a mão no bolso, tirou o dinheiro e disse 'pague lá agora'. Fui lá e paguei. Então, me mandei pra roça. O nosso trato era ele dar um alqueire pra eu plantar e eu ajudar a tirar leite.

O gado era criado no cerrado. Ele me pagava quarenta cruzeiros por dia, enquanto eu aqui ganhava cento e trinta tirando leite numa chácara. Eu estava perdendo meu tempo, não. Ele me mostrou a roça de arroz, na beira do rio, um lugar cheio de carrapicho, de terra ruim. O arroz já estava plantado, sem adubo. Hoje em dia, não dá nada sem adubo. Se eu ficasse lá, ganhando menos de mil e quinhentos por mês, a terra não ia dar nada e eu já estava devendo pro fazendeiro. Por isso, eu não quis continuar lá. Eu digo, então, que pobre voltar pra roça, hoje em dia, é muito difícil. Uma, que quando o fazendeiro dá roça, ele quer pechinchar. Outra, que ele não tem condição de comprar aquilo que precisa, só se o armazém quiser fornecer pra ele e devendo pro patrão ele não vai".

Verifica-se, portanto, que, muito mais do que a posse da terra, o trabalhador privilegia as condições em que esta terra vai ser cultivada, levando-se em consideração não só o contexto imediato, mas uma série de fatores mais amplos, como a presença de um governo, de instituições financeiras etc. A esse respeito, deve-se notar que o volante vê esses fatores como desfavoráveis aos seus interesses - sintomas, de um lado, dos interesses contrários dos agentes do capital e por outro lado da insensibilidade ou do desinteresse total da entidade governo.

É dentro desse quadro de referência que se pode entender a posição do volante diante de um assunto como a "reforma agrária", por exemplo. Vários dos entrevistados demonstraram algum conhecimento ou referência ao assunto, por via das experiências pessoais ou através de informações de terceiros. Regra geral, a reforma agrária é vista como distribuição de terras, divisão em lotes compatíveis com as necessidades

da família - portanto, uma solução coerente com as aspirações comuns dos volantes. Entretanto, a solução da reforma agrária é sentida como não viável, devido ao desinteresse flagrante do governo, o único, na ótica do volante, que poderia promovê-la.

"Se todo mundo tivesse seu pedacinho de terra pra plantar, seria ótimo. Todo mundo faria seu arroz, seu feijão, criaria seu porco. Mas, eu não acredito que venha isso pro pobre, não. Em Mato Grosso, na região de São Felix, eu vi tudo marcadinho, os lotes já divididos. Eu perguntei a eles e eles disseram que era reforma agrária. Mas, eu acho que não deu nada, não. O rádio falou muito em reforma agrária, mas depois que o Figueiredo entrou, quietou tudo. A gente não vê falar mais. Quando o trem é bom, não sãí mesmo. A gente pensa nisso, mas é bobagem. A gente pode pensar nisso, mas é bobagem, pois não vai acontecer, não".

"O senhor vê que tem muitos pobres, trabalhadores, gente que tem boa gerência e está aí subjugado, sem poder tocar uma lavoura. Deus, quando fêz o mundo, não vendeu terra pra ninguém. A terra era de todo o mundo. Aí vieram os mais espertos e foram tomando tudo. O jeito era o governo pegar essa terra de gente que tem demais e dar um lote pra cada um que pudesse tocar. Mas, essa tal de reforma agrária, o governo não faz, não. Ele não tem interesse em ajudar o pobre".

"Ouvi dizer que falaram na televisão que o governo tomaria providências pro pessoal voltar pra roça, mas até agora não vi essas providências. Acho mesmo que governo e fazendeiro não têm interesse".

"Alguns falaram muito em reforma agrária. Acho que foi no tempo do Jânio Quadros. É dela que a gente precisa. Não dar terra pra todo o mundo, mas pra quem possa cuidar dela, tocar lavoura, fazer o Brasil crescer. Se o governo se interessasse, acho que saía".

40) Como os volantes consideram suas próprias possibilidades de ação, a nível coletivo, no sentido da defesa de seus interesses como trabalhadores?

Como foi visto anteriormente, o trabalho dos volantes se processa em condições extremamente desfavoráveis a eles. Trata-se de uma super-exploração de sua força de trabalho, levada a efeito de acordo com as necessidades e o ritmo da reprodução capitalista.

Há, entre os volantes, uma consciência, até certo ponto crítica, dessa ação predatória do capital. Os elementos críticos dessa consciência são, em si mesmos, negadores da reprodução das relações de produção. Ao visualizar o seu passado e o seu presente, localizando temporalmente o processo de espoliação de que foi e de que é vítima, o trabalhador volante "recusa" as relações nas quais se insere, como trabalhador e como ser social. Entretanto, para ser efetiva, essa negação deveria traduzir-se em ação.

Colocar em questão as possibilidades de ação dos trabalhadores volantes significa considerar, também, as suas impossibilidades.

Um dos efeitos da reprodução capitalista, ao liberar os trabalhadores de suas condições originais de produção (ligação com os

meios de produção}, é lançar esses trabalhadores num processo de competição, no mercado de trabalho. Ao criar a competição entre trabalhadores individuais, o capital logra as condições de depreciação dos salários e demais condições de trabalho. Essa depreciação seria combatida pelas organizações representativas dos interesses dos trabalhadores.

Muitos dos entrevistados colocaram explicitamente a necessidade de "união" entre os volantes, em torno das suas reivindicações por melhores condições de trabalho e de vida.

"Nós, os pobres - disse um deles - enxergamos mais as coisas que os fazendeiros. Devíamos nos juntar todos e falar todos por uma só voz. São assim vamos conseguir alguma melhoria".

Outros, entretanto, colocaram também as impossibilidades ou dificuldades para essa união. "Aqui, o povo não é unido. Mas, a pobreza tem desunião em qualquer parte".

Foi um desses entrevistados, mesmo, que enfocou com clareza as razões dessa impossibilidade. "Os volantes são muito desunidos, sim. Mas, eles não são culpados por essa desunião. É o próprio trabalho que nos deixa assim. É um povo espalhado, ninguém fica junto muito tempo. Por exemplo, a gente podia fazer uma parada (greve). Mas, como? Se alguns param, logo vem outros precisando de trabalho e aceitam ficar no lugar deles. E não podemos falar nada, pois é a necessidade".

A necessidade econômica imediata, que impele o trabalhador a competir com os outros por um lugar no processo produtivo, faz dele, também, aparentemente, um ser alienado do destino coletivo. É, pois,

parte da lógica do processo de reprodução capitalista a manutenção dos trabalhadores num certo estado de desorganização, que favorece, no fundo, a exploração do capital sobre o trabalho.

As condições concretas que tornam difícil a organização dos volantes, enquanto categoria econômica, social e política, são reforçadas pelas representações de consciência, nas quais se considera o papel (negativo) de certas instituições.

Uma dessas instituições é o sindicato. Para os volantes, assim como para outras categorias de trabalhadores, trata-se de uma instituição voltada para propósitos meramente assistencialistas. E que cumpre, aliás, muito mal essas funções, conforme se pode depreender de algumas declarações.

"Já fui do sindicato. Um dia, precisei dele, pra dar assistência à minha mulher, que tem uma perna paralisada. Eles não quiseram dar, fizeram exigências. Eu saí, não quis saber mais de sindicato".

Um depoente chegou a defender a idéia de um sindicato exclusivo de trabalhadores volantes, por entender que o sindicato rural de Tupaciguara nada faz por eles, dificultando, mesmo, sua filiação. "A gente devia ter carteira. Acho que o sindicato devia dar uma pra nós. Um camarada lá de Centralina tem uma. Aqui, eles não dão. Acho que é porque o sindicato daqui é mais dos fazendeiros. O que a gente está mais necessitando, aqui em Tupaciguara, é de um sindicato de trabalhadores bôias-frias. Se tivesse, a gente não precisava sofrer o que sofre".

Outra instituição vista, às vezes, com desconfiança, é a instituição judiciária. Os volantes ou a consideram manipulada pelos interesses dos fazendeiros ou temem, como já foi visto anteriormente, os efeitos negativos das leis.

"Eu posso dizer que muitos fazendeiros e muitos gatos fizeram muita coisa errada com os bõias-frias. E fazem ainda. Mas, ninguém se junta para ir lá, reclamar, na justiça. Eles pensam que, no fundo, a lei é do fazendeiro".

"Muitos não reclamam na lei porque tem medo do fazendeiro. Por isso, esse povo é desunido".

Apesar dessas considerações negativas, alguns volantes percebem sua inferioridade face à organização de outros tipos de trabalhadores, em outras regiões. "O povo rural é o mais sacrificado. Em toda a parte, o povo faz greve, por salários e outras coisas. Quanto tempo faz que esse serviço nosso é cento e trinta e não aumenta? Sõ aumentam os comestíveis. A gente precisava de união, como os outros, pra enfrentar isso".

4. CONCLUSÕES

Uma das hipóteses gerais formuladas no início deste trabalho era a de que os trabalhadores volantes, em sua prática e em sua consciência, tanto "afirmam" quanto "negam" as relações de produção em que se acham inseridos, ou seja, relações capitalistas, fundamentadas no trabalho assalariado.

A comprovação dessa hipótese foi feita com base na análise da situação de trabalho e da vivência social dos trabalhadores volantes de Tupaciguara. Essa análise mostrou a existência de relações e manifestações de consciência bastante contraditórias, constituindo o que se poderia chamar o "universo" do trabalhador volante. Esse universo é constituído por todos os agentes ou setores sociais com os quais os volantes se relacionam e em relação aos quais estes se definem, enquanto categoria ou segmento de classe social. Um universo dominado pelos agentes do capital agrário - fazendeiros e seus prepostos.

Por trás das contradições manifestas na consciência do trabalhador volante, puderam ser detectadas algumas das contradições "reais" do processo de reprodução das relações capitalistas no campo. Após a análise desse processo, impõem-se as seguintes conclusões:

1. O capital, definido como uma relação social entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, age no sentido de criar, em termos quantitativos e qualitativos, a força de trabalho indispensável ao seu objetivo. O objetivo do capital é a criação de novos valores, a partir da exploração do trabalho excedente de uma massa considerável de indivíduos.

2. Para o capital agrário, em sua constituição atual, o trabalho volante é estratégico, na medida em que propicia mão-de-obra barata e farta, utilizável em um grande número de tarefas ligadas à atividade produtiva rural.

3. A massa de trabalhadores volantes requerida pelo capital agrário foi formada, basicamente, pela liberação daqueles trabalhadores de suas antigas condições de trabalho. Essa liberação, contudo, não é pacífica, na medida em que encontra resistências nos próprios trabalhadores e assume, em certos casos, características de conflito.

4. A massa de antigos trabalhadores rurais, hoje transformados em volantes, necessita, portanto, ser "adequada" ao objetivo do capital. Essa adequação não supõe a elevação do nível técnico dos trabalhadores, porém uma ressocialização dos mesmos, no sentido de adquirirem a "disciplina" mínima indispensável à extração da mais-valia. Nessa

adequação, são utilizadas, pelos agentes do capital, tanto a reinterpretação ideológica do passado (como foi visto com relação à "culpabilidade" da legislação trabalhista), quanto a manipulação das relações interpessoais, do tipo primário, a fim de gerar conformismo e ajustamento.

5. A consciência "negadora" dos trabalhadores volantes emerge quando eles consideram as condições extremamente desfavoráveis em que vivem, tanto no processo de trabalho, quanto no contexto da sociedade em geral. Uma dessas condições é a depreciação de sua força de trabalho, devido, principalmente, ao seu precário acesso aos bens de subsistência.

6. A negação da reprodução, pelos volantes, não se transforma em ação, visto a desorganização imposta pelas próprias condições de trabalho e remuneração e pela ausência de um suporte institucional adequado.

Outra hipótese geral sustentada neste trabalho foi a de que os trabalhadores volantes, ao "negarem" a reprodução capitalista não manifestam, necessariamente, interesses especificamente proletários.

Sem negar que algumas das aspirações individuais dos volantes dirigem-se no sentido de um salário maior, de estabilidade no emprego e outras reivindicações, a pesquisa mostrou aspectos da consciência do volante que divergem de uma orientação proletária strictu sensu.

Os depoimentos analisados mostraram que os volantes manifestam uma forte consciência de consumidores depreciados - sua situação presente - em relação a uma situação anterior, de produtores quase

auto-suficientes. Apesar da separação prática do trabalhador em relação aos meios de produção, a terra ainda não desapareceu do seu horizonte ideológico. A aspiração pela terra, demonstrada pela maioria dos entrevistados, não é uma aspiração idealista, na medida em que leva em consideração os obstáculos à sua concretização e impõe as suas condicionantes. Essa aspiração, contudo, é aparentemente reforçada pela impossibilidade de se chegar a outras soluções dentro do processo da reprodução capitalista.

As conclusões da investigação que se levou a efeito em Tupaciguara, M.G., não podem servir de base a generalizações extensivas. Entretanto, alguns aspectos revelados por essa investigação podem ser vinculados ao processo de mudança econômico-social por que passa, atualmente, a sociedade agrária brasileira. A investigação levada a efeito não teve outro objetivo senão mostrar algumas manifestações concretas desse processo, manifestações passíveis de serem rediscutidas teoricamente e/ou comparadas com manifestações observáveis em outros municípios ou regiões do país.

SUMMARY

The objective of the present work is to characterize and interpret, sociologically, the situation of the rural workers called "volantes" in the process of constitution of the capitalist relations of production in the country.

It is based on a research carried out by the author in the "município" (county) of Tupaciguara, State of Minas Gerais.

The investigation tries to show how the "volantes", workers who do not own and/or occupy the land, are redefined as a social category in the process of immediate work and in the society as a whole.

Such workers develop economical and social relations that are considered basic for reproduction of capital in the rural sector. By virtue of these relations, certain forms of social consciousness are developed, which this work has tried to grasp.

On the one hand, it characterizes the mechanisms that make possible for the agents of the capital to promote the adjustment

of this type of workers to the condition of wage workers. Among these mechanisms is the furthering of a minimum "discipline" required to obtain surplus labor from the "volantes".

On the other hand, it characterizes the ways in which the "volantes" consciously react to the actual conditions of exploitation of their labor power.

One of the main possible conclusions from this investigation is that the "volantes", although objectively reduced to the condition of "rural proletarians", express, at their consciousness' level, contradictory orientations.

At the same time that they try or are led to adjust themselves to the new situation, they reject it, cultivating aspirations which are not typically proletarian, such as the aspiration for land possession.

This conclusion leads to the contradiction of some common propositions in the realm of Sociology, which approach the proletarianization of the rural worker under a linear and extremely simplified viewpoint.

LITERATURA CITADA

ARROYO, M.G., 1980. Operários e Educadores se Identificam. Educação & Sociedade, São Paulo, 5:5-23.

BRANT, V.C., 1977. Do colono ao bôia-fria: Transformações na agricultura e Constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. Estudos CEBRAP, São Paulo, 19:37-91.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1940. Censo Demográfico, Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950. Censo Demográfico, Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1960. Censo Demográfico, Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1970.
Censo Demográfico, Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1975.
Censo Agropecuário, Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1975.
Produção Pecuária dos Municípios, Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1975.
Produção Agrícola dos Municípios, Estado de Minas Gerais.

CANTELICE, D.M.B., 1980. Penetração do Capitalismo no Campo. Um Estudo de Caso: Alagamar. Cadernos do CEAS. Salvador, 65:33-45.

DIAS, G.M., 1978. Depois do Latifúndio - Continuidade e Mudança na Sociedade Rural Nordestina. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 250 p.

FERNANDES, F., 1971. Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. 2a.edição. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 423 p.

GONZALES, E.N. e M.I.BASTOS, 1974. Migração Rural e o Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. Universidade de Brasília (mimeog.).

GRAZIANO DA SILVA, J.F., 1978. A mão-de-obra volante em S.Paulo. Contexto. São Paulo, 5:71-88.

GUIMARÃES, A.P., 1979. A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 362 p.

HIRANO, S., 1975. Castas, Estamentos e Classes Sociais. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 136 p.

IANNI, O., 1976. Relações de Produção e Proletariado Rural. In: SZME-RECSÁNYI e O.QUEDA, Org. Vida Rural e Mudança Social. 2a.ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p. 148/159.

LAPIDUS e OSTROVITIANOV, 1978. Manual de Economia Política. In: HARNECKER, M. O Capital: Conceitos Fundamentais. São Paulo, Ed. Global e Distribuidora, p. 81-199.

LEFEBVRE, H., 1978. Estrutura Social: a Reprodução das Relações Sociais. In: FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S., org. Sociologia e Sociedade. Rio de Janeiro, LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, p.219-252.

LEHMANN, D., e H.ZEMELMAN, 1972. El campesinado: Clase e Conciencia de Clase. B.Aires, Ediciones Nueva Visión, 120 p.

LOUREIRO, M.R.G., 1977. Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 136 p.

LUKÁCS, G., 1973. A Consciência de Classe. In: VELHO, O.G. et alii (org.), Estrutura de Classes e Estratificação Social. 4a. ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p.13-69.

MARTINS, J.S., 1979. O Cativo da Terra. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 160 p.

MARX, K., 1968. O Capital (Crítica da Economia Política). Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Livro 1. Vol. 2.

MARX, K., 1977. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora. Trad. de M.H.B.Alves, 352 p.

MARX, K., 1977.b. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, Trad. de J.Maia. 140 p.

MARX, K., 1978. O Capital. Livro I, Cap. IV (inédito). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, Trad. de E.Sucupira Fº. 152 p.

MARX, K., 1978.b. Salário Preço e Lucro. In: GIANNOTTI, J.A. (org.), Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros Estudos, São Paulo, Abril Cultural. p. 55-99 (Coleção Os Pensadores).

MARX, K. e F.ENGELS, 1979. A Ideologia Alemã (I-Feuerbach). 2a. ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. Trad. de J.C.Bruni e M. A. Nogueira. 140 p.

MELLO, M.C.D., 1975. O Bôia-Fria, Acumulação e Miséria. Petrópolis, Editora Vozes, 156 p.

OLIVEIRA, F., 1977. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Edições Graal, 162 p.

SANTOS, J.V.T., 1978. Os Colonos do Vinho. São Paulo, HUCITEC, 182 p.

STAVENHAGEN, R., 1973. Estratificação Social e Estrutura de Classes. In: VELHO, O.G., Estrutura de Classes e Estratificação Social, op.cit. p. 133-170.

SWINGWOOD, A., 1978. Marx e a Teoria Social Moderna. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. Trad. de Carlos Nayfeld. 266 p.

SROUR, R.H., 1978. Modos de Produção: Elementos da Problemática. Rio de Janeiro, Edições Graal, 540 p.

TOPALOV, C., 1978. Estruturas Agrárias Brasileiras. Rio de Janeiro. Livraria F. Alves Editora, Trad. de W.Dutra. 90 p.